

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**DAS ILHAS AO CONTINENTE: ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO SOCIAL DOS  
IMIGRANTES AÇORIANOS NA POVOAÇÃO DE SANTO AMARO, RS, ATRAVÉS  
DOS REGISTROS BATISMAIS (1757-1774)**

Alexandra Lis Alvim

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre, dezembro de 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Alexandra Lis Alvim

**DAS ILHAS AO CONTINENTE: ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO SOCIAL DOS  
IMIGRANTES AÇORIANOS NA POVOAÇÃO DE SANTO AMARO, RS, ATRAVÉS  
DOS REGISTROS BATISMAIS (1757-1774).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para a obtenção do  
título de Licenciado em História, pelo curso  
de História da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre, dezembro de 2012

*Para Eulália Lourdes Fuão Alvim, in memoriam.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe, Andréa, e minha avó, Janete, pela força e estímulo em todos estes anos de graduação, do qual este trabalho é o momento final: sem isso nada teria saído ou ido para o papel. Também o meu avô Moysés, cujo espírito crítico e a conversa cheia de histórias me fizeram muito indagar e imaginar quando pequena, semeando a vontade de conhecer os passados de suas narrativas e entender o presente.

Agradeço ao professor Fábio Kühn por me propiciar um primeiro contato com a pesquisa através da iniciação científica e me orientar durante este trabalho. Obrigada pelas ideias, paciência, confiança, indicações, apoio e reflexões.

Aos amigos de fora da universidade: sem os momentos que vocês me propiciam, eu não teria fôlego para chegar até aqui. Obrigada pelos sextas e sábados à noite, pelas risadas, pelo companheirismo. Em especial Suzana, Gabriela, Andréa, Nahiane e Eric: amigos incondicionais e companheiros dos meus tempos de Sévigné.

Aos amigos que conheci na universidade, que transformaram uma experiência acadêmica em uma experiência de vida e que compartilharam os bons e nem tão bons momentos que a universidade nos oferece. Obrigada as “persas” Simone, Bárbara e Fernanda, o grupo do “Mito”, Gabriel, Carolina di Laccio, Bruno Schnorr, Juliano, Mayara, Larissa, Camila e Carolina Santos. E a tantos outros, porque são muitos.

Ao meu amigo açoriano Emanuel, cuja amizade me fez ter mais vontade de realizar esta pesquisa e de no futuro conhecer a ilha de São Miguel.

Aos meus avós Eulália e José, que eu gostaria que estivessem aqui para ler esta monografia. E aos muitos parentes que povoaram e povoam ainda as terras do Jacuí, despertando minha curiosidade sobre suas cidades antigas.

*"- Veja. Aqui já temos um grupo formado. Gente que está trabalhando três, quatro anos. São nossa gente, é verdade, mas começam a perder o fio que os prendia às Ilhas. Sabe o quê? Começam a ser brasileiros.*

*- Brasileiros? - arregalou os olhos.*

*- É sim, brasileiros. Verá que com o tempo até mudarão o falar. Esta é a terra que lhes dá o pão. A terra que os recebeu e não perguntou nada. Não é verdade que temos aqui terceirenses, corvinos e de todas as outras ilhas? No entanto, nunca estiveram tão unidos como aqui. O que era próprio de cada ilha já está entrelaçado com o que era próprio de outras, fazendo uma coisa só (ASSIS BRASIL, L.A.)".*

## **RESUMO**

Em uma sociedade onde vigoravam regras de Antigo Regime, o sacramento da pia batismal era a introdução de um indivíduo na comunidade, seja ela terrena ou espiritual. É através desse ato que ele ganha "pais espirituais", os padrinhos. O estabelecimento de uma relação de compadrio selava, através do sacramento, a aliança entre duas famílias, que assumiam o compromisso sagrado de manter respeito e solidariedades entre si. As relações de compadrio, mais do que a função religiosa, adquiriam também uma função social, ao reiterar alianças entre iguais ou criar vínculos com famílias de estatuto social superior. Este trabalho pretende entender em que sentido os migrantes direcionaram suas estratégias referentes ao uso do compadrio foi utilizado pelos primeiros imigrantes açorianos da povoação de Santo Amaro, no Continente de São Pedro, através da análise de um dos livros de registro de batismo da freguesia de Triunfo, que contém os dados da povoação de Santo Amaro, no período de 1757 a 1774.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Origem de todos os pais nos registros de batismo de Santo Amaro.....	38
Tabela 2 - Origem dos pais Casais nos registros de batismo de Santo Amaro.....	39
Tabela 3 - Padrinhos com mais afilhados no total.....	42

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Tipos de compadrio observados nos Casais de Sua Majestade de Santo Amaro...	43
---	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1.DOS IMIGRANTES E DE UM NOVO POVOADO.....	13
1.1 Os imigrantes das ilhas.....	14
1.2 Os imigrantes no Continente.....	16
1.3 A Tranqueira de Santo Amaro.....	21
2.DA FAMÍLIA E DA FAMÍLIA DO BATISMO.....	25
2.1 A família.....	25
2.2 O batismo.....	27
2.3 A família do batismo.....	30
3.DOS CASAIS DA TRANQUEIRA E DE SEUS PADRINHOS.....	35
3.1 Os pais.....	36
3.2 Os padrinhos.....	39
3.3 Os padrinhos dos Casais.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXO A – Mapas.....	53
ANEXO B – Tabela.....	54

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a observar algumas estratégias realizadas por imigrantes açorianos através das relações de compadrio observadas em um livro de batismos de Triunfo para a localidade de Santo Amaro. A historiografia gaúcha ocupou-se durante muito tempo em contar a "saga" dos imigrantes que construíram este território. Italianos, alemães e também, apesar de com um menor número de trabalhos, açorianos serviram como personagens para a construção de narrativas onde o desbravador europeu domava um território selvagem e incivilizado, ocupado por uma natureza inóspita e habitantes indígenas, africanos ou errantes. Menosprezando o papel e o valor destes outros grupos sociais na constituição deste território, tal historiografia vinha por valorizar o fruto do trabalho árduo do imigrante, esquecendo as transformações que o contato de grupos tão diversos viria por gerar. Dos índios aldeados ao imigrante português, todos acabaram por forjar formas de adaptação à um novo meio, que era a sociedade do Rio Grande de São Pedro em seus tempos iniciais de povoamento. Formas de adaptação que constituiriam também identidades, produzidas tanto pelo "choque" destes com outros grupos, quanto pela necessidade de fortalecer determinadas características e laços como meio de sobrevivência.

No período estudado neste trabalho, o Rio Grande de São Pedro e a região do Prata figuravam como destaque no cerne das disputas entre as Coroas Ibéricas. Índios, padres, espanhóis, portugueses, africanos em intensa circulação nestas paragens. E para dominar um território, soldados não bastavam: era preciso cumprir a lógica do "*uti possidetis*", ocupar as regiões pretendidas com gente de confiança, súditos leais do soberano em questão. Com o gradual declínio da segurança da Colônia do Sacramento, o governo português passou a doar sesmarias a paulistas e lagunenses nas terras mais ao sul. Uma intensa movimentação de gentes em uma região de intensas disputas e conflitos de interesses: uma "fronteira em movimento"<sup>1</sup>.

A imigração de famílias das ilhas é, neste contexto, mais um destes fluxos neste território. E é também, em termos de América Portuguesa, mais uma dentre as tantas partidas de ilhéus que rumavam para a outra costa do Atlântico Luso. Se "o império português caracterizou-se por um permanente fluxo e refluxo de gentes das mais variadas condições sociais e com distintos objetivos"<sup>2</sup>, desde o início do povoamento da América Portuguesa

---

<sup>1</sup>KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 4.Ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. P.23.

<sup>2</sup>RUSSELL-WOOD, 1992 apud RODRIGUES, 2002, RODRIGUES, J. D. Entre duas margens : a circulação atlântica dos açorianos nos séculos XVII e XVIII. Entre duas margens: a circulação atlântica dos Açorianos nos séculos XVII e XVIII, *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2ª Série, vol. VI, 2002. p. 225

estiveram presentes gentes originárias das ilhas. A partir da década de 1740, o processo migratório passa a ser organizado e financiado por Lisboa, que organiza uma "política de casais". Povoar as terras de fronteiras com famílias leais ao rei português, dar às fronteiras "inquieta", nas palavras de Guilhermino Cesar<sup>3</sup>, "um fator de equilíbrio".

Ao contrário do que muito se escreveu sobre este processo migratório, alguns novos estudos vem desconstruindo a ideia de uma homogeneidade no grupo social que constituíram os imigrantes das ilhas no extremo sul da América Portuguesa. Eles apontam a imigração de ilhéus como um fenômeno aonde se "transportaram" para o continente americano a estrutura hierárquica presente no arquipélago: um mesmo fenômeno com diferentes significados para diferentes os diferentes agentes sociais envolvidos. Uma análise atenta, como a que tentaremos aqui fazer, demonstra que o fato de alguns terem a mesma procedência e terem emigrado em datas aproximadas do mesmo lugar não os coloca no mesmo lugar dentro da hierarquia social vigente no Continente. Valia ainda, após a imigração, o mesmo sistema de regras sociais que categorizava as famílias por "qualidades", que muitas vezes significavam uma maior chance de obtenção de recursos. Isto é, assim como defendido na tese de Martha Hameister<sup>4</sup>, nem todos os imigrantes açorianos necessitaram recorrer ao cumprimento do estabelecido no Edital de 1747, como também não necessitavam destacar sua origem. A imigração destes contingentes é enxergada como um processo incluso na lógica de Antigo Regime<sup>5</sup>, ainda que nos trópicos, sistema que não pode ser dissociado de dois de seus elementos mais importantes: a hierarquia e a religião, pilares que davam sustentação e ordem ao "mundo português".

A pequena Santo Amaro surgiu das duas frentes por onde a Coroa buscava o domínio do extremo-sul, a de cunho militar e a que visava o povoamento. Era um entreposto no rio Jacuí fundado pela expedição demarcadora do General Gomes Freire de Andrade em direção as Missões Jesuíticas, cujo território agora pertencia ao rei de Lisboa e deveria ser entregue à sua autoridade colonial. Seriam as Missões também a direção dos colonos ilhéus que pelo Rio Grande de São Pedro chegavam, mas a resposta indígena e a guerra subsequente adiariam estes planos. Santo Amaro, de armazém militar e arranchamento provisório de colonos, se tornaria um povoado e mais tarde uma freguesia. Sua localização não estava isolada da

---

<sup>3</sup>CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. (Coleção Província). P.133

<sup>4</sup>HAMEISTER, Martha D. *Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738 – 1763)*. Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006, (Tese deDoutorado).

<sup>5</sup>FRAGOSO, João. "Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica". In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, p. 41-70.

sociedade que se constituía no Continente: era um ponto na margem septentrional do rio Jacuí, que a leste desaguava na baía do Guaíba, banhando os Campos de Viamão. Ao seu lado estava a Freguesia de Bom Jesus do Triunfo, desmembrada daquela em 1756, e freguesia a que vai pertencer Santo Amaro ao longo dos anos abrangidos por esta pesquisa. Triunfo funcionava como um ponto central que unia os habitantes das várias sesmarias que se formaram em seu entorno nas últimas duas décadas.

O grupo de colonos que veio por constituir a povoação de Santo Amaro era, assim, composto por famílias, conforme as normas do Edital, mas o significado deste termo para aqueles homens era díspar do significado que lhe atribuímos hoje. A família, em sociedades de Antigo Regime, funcionava quase como um "micro-cosmo" da sociedade, uma vez que se apoiava também na hierarquia e na religião. Tal como o rei, era o pai a cabeça do organismo e tal como a monarquia, era a família sacramentada e legitimada nos rituais religiosos. Estava entranhada em todas as facetas da vida social e extrapolava os limites consanguíneos, a coabitação e as relações rituais. Pertencer a uma determinada família era carregar, de algum modo, um determinado peso por toda vida: peso que influenciaria todas as suas escolhas. Não era composta só por um núcleo de pai, mãe e filhos, mas de uma gama variada que incluía agregados, parentes laterais, parentes verticais e parentes rituais. Todos se enxergavam e eram enxergados pelo prisma da família e todas as ações individuais acabavam por intervir nesta, de modo que, para este período, é quase impossível falar de "indivíduos"<sup>6</sup>.

Possuir um patrimônio parental considerável poderia significar mais chances de adaptar-se melhor a imprevisibilidade e inconstância dos acontecimentos futuros, estabelecendo vínculos que poderiam ser acionados em momentos de dificuldade. Se era no âmbito religioso que aqueles homens explicavam-se e explicavam suas existências, o mesmo também tinha peso para conferir importância a certas alianças, através dos sacramentos. Nesta perspectiva esta pesquisa se propõe a entender como o sacramento do batismo foi utilizado como estratégia pelos "Casais d'El Rey" de Santo Amaro. Este sacramento, por ser o primeiro,

---

<sup>6</sup> O que se segue baseia-se em: FRAGOSO, João. O Capitão João Pereira Lemos e a Parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII". IN: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009. HAMEISTER, Martha D. "A mão separada do corpo não será mão senão pelo nome": famílias riograndinas e suas redes de relacionamento (Rio Grande, c.1738 - c.1763). *Anais do I Colóquio do LAHES*, Juiz de Fora, MG, 2005. BERTRAND, Michel. "De la familia a la red de sociabilidad". *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 61, n° 2, abril-junio, 1999, México. XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. Paradigmas políticos e tradições literárias. In: MATTOSO, José. *História de Portugal. O Antigo Regime, 1620-1807*. Lisboa: Estampa, t. IV.

era também o mais abrangente, já que representa o sacramento de entrada na comunidade espiritual católica. Uma freguesia formava uma comunidade terrena e, ao mesmo tempo espiritual. Adentrar nela era receber, para além da família carnal, uma família espiritual, que viria por zelar por sua salvação. Desta forma, a escolha dos pais espirituais simbolizava a sacralização de solidariedades entre duas famílias, ou dentro da própria família. Ser escolhido como padrinho significava que a pessoa era vista por alguma família como possuidora de virtudes que a tornavam confiável a ponto de lhe entregarem a salvação de seu rebento. Escolher os pais espirituais pode ser entendido como uma das formas por quais uma família deseja se inserir em uma comunidade, através das escolhas dos protetores de seus filhos. Os estudos das relações de compadrio observaram que essas escolhas giravam em torno de dois grandes grupos de possibilidades: o compadrio vertical, isto é, a escolha para padrinho entre membros de famílias colocadas em uma posição superior à dos pais do batizando; e o compadrio horizontal, que representaria o reforço de alianças através da escolha de membros de famílias pertencentes ao mesmo grupo social.<sup>7</sup>

O presente trabalho se propõe analisar as relações de compadrio feitas por essas famílias da "Tranqueira de Santo Amaro" entre 1757 e 1774, presentes no Livro I - A de Registros de Triunfo. A partir de 1774 Santo Amaro seria elevada oficialmente a freguesia, tendo assim um livro próprio. Este período também coincide com o início da demarcação das datas e por isso pode ser considerado como uma nova etapa para os casais deste processo migratório, onde a incerteza e a instabilidade não tivessem mais tanto peso.

No primeiro capítulo desta monografia, "Dos imigrantes e de um novo povoado", pretender-se-á revisar a bibliografia sobre a imigração de ilhéus para a América Portuguesa e tentar traçar um quadro do que foi esta imigração programada pela Coroa. Tentar-se-á inserir o surgimento da povoação de Santo Amaro dentro deste contexto, bem como do contexto da fronteira meridional do Império Português.

No segundo, "Da família e da família do batismo", tentar-se-á, em linhas gerais, discutir a respeito do conceito de família e o significado do sacramento do batismo para sociedade de tipo Antigo Regime. Por fim, far-se-á uma breve análise sobre este e as relações de compadrio no livro "Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia", documento

---

<sup>7</sup>HAMEISTER(2006), op. cit. BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

promulgado pelo Arcebispo D. Sebastião Monteiro Da Vide<sup>8</sup> no início do século XVIII com o objetivo de adaptar as normas eclesiásticas à realidade colonial da América Portuguesa.

No último capítulo, "Dos casais da Tranqueira e de seus padrinhos" após ter-se posto a conjuntura que permitiu a existência de uma comunidade de ilhéus em uma das margens do Rio Jacuí e ter-se posto o significado do sacramento do Batismo, dos vínculos gerados pelo mesmo e das regras que o regulamentavam na Colônia, descrever-se-á a análise dos registros batismais de Triunfo para a localidade de Santo Amaro, realizada com o cruzamento com outras fontes como Autos Matrimoniais e o Rol de Confessados de Triunfo de 1758. A análise centrar-se-á nas famílias intituladas nestes documentos como "Casais de Sua Majestade assistentes na Tranqueira de Santo Amaro". Tentar-se-á observar como o compadrio foi utilizado por estes no período em que ainda não dispunham oficialmente de suas datas e que, possivelmente, acreditassem estar na localidade de forma provisória.

---

<sup>8</sup>Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1853), feytras e ordenadas pelo... Senhor Sebastião Monteiro da Vide... propostas e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. Livro I.

## 1. DOS IMIGRANTES E DE UM NOVO POVOADO

A conformação do domínio e povoamento português no Continente do Rio Grande de São Pedro está diretamente relacionada com a dinâmica das relações entre Portugal e Castela. Desde o período conhecido como União Ibérica, quando os dois reinos estiveram sob a liderança do mesmo soberano, os interesses portugueses começaram a enraizar-se na região platina, beneficiando-se da riqueza em prata que as trocas comerciais em Buenos Aires podiam oferecer. O fim da União Ibérica nem de longe representou o fim das pretensões dos súditos de Lisboa na região, já que quarenta anos depois, em 1680, estes fundavam, defronte à capital portenha, a Colônia do Sacramento<sup>9</sup>. Sua primeira fundação representa o início efetivo de uma pretensão que, apesar de constantemente atacada, não seria abandonada. Durante o século seguinte, o acirramento das disputas entre as duas coroas seria refletida em conflitos constantes no território. Dada à emergência de novas potências no contexto europeu e o agravamento de problemas econômicos estruturais na Península Ibérica, a manutenção dos impérios coloniais tornava-se de importância vital para o sustento de suas monarquias. E as fronteiras, que até aqueles tempos possuíam o contorno teórico do Tratado de Tordesilhas, mas na prática eram imprecisas, atraíam as atenções.

É assim que ao longo do século XVIII iniciava-se um movimento de ocupação da fronteira meridional da América do Sul, impulsionado pelos interesses de ambas as coroas na prata potosina e possibilitando a integração da região a algumas das principais dinâmicas econômicas dos impérios, através da abertura de estradas e caminhos. Neste contexto, o gado espalhado pelos Campos de Viamão, que abrangiam uma imensa área no nordeste do atual Rio Grande do Sul, correspondente às terras a sul do Mampituba, tendo ao leste o Atlântico e a oeste e a sul a bacia fluvial do Guaíba e da lagoa dos Patos<sup>10</sup>, passa a servir as necessidades que o mercado interno, impulsionado pela descoberta das minas auríferas, criara. Tropeiros que vinham principalmente de São Paulo e Laguna, e aos poucos, principalmente a partir da década de 1730, passam a fixar-se e requerer sesmarias nos Campos de Viamão. Esta também é a década em que, mais ao sul, a Nova Colônia do Sacramento, no auge de suas atividades mercantis, começava a sofrer ataques mais duros pelos espanhóis, com o início do "Campo de Bloqueio", em 1737. Distante do Rio de Janeiro e do resto da América Portuguesa, era necessário a criação de postos que pudessem vir a socorrê-la e tentar garantir a existência

---

<sup>9</sup>Bibliografia específica sobre Colônia do Sacramento, ver: PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002.

<sup>10</sup>KUHN (2002), op. cit., p.45.

portuguesa na região, dando-se assim a fundação no mesmo ano da fortificação de Rio Grande.

A fundação da Vila de Rio Grande, em 1751, e a ocupação dos Campos de Viamão vêm por consolidar a presença luso-brasileira na região, estimulada pela integração da região ao mercado interno colonial e pelo esvaziamento de Laguna. A população de Viamão, que em 1747 é elevada a freguesia, quase triplica entre 1746 e 1751<sup>11</sup>. Um de seus mais antigos povoadores, Jerônimo de Ornelas teria se estabelecido e recebido sesmaria na região em meados da década de 1730<sup>12</sup>. Madeirense, ilhéu, ao chegar na América, estabeleceu-se por algum tempo na vila paulista de Guaratinguetá, aonde casou-se com Lucrecia Leme Barbosa, antes de mudar-se para Laguna e depois para Viamão. Considerando que, à grosso modo, as ilhas da Madeira e dos Açores compartilham de certas características comuns de povoamento, a trajetória de Jerônimo vem a ilustrar que a migração destas gentes não era propriamente uma novidade nestas paragens sulinas, ainda que fosse mais uma, dentre as tantas, que se realizavam dentro do Império Português e se incorporavam a movimentos migratórios internos, como exemplificam as ligações da família da mulher de Jerônimo com Laguna e com os Campos de Viamão, estabelecendo uma das famílias mais importantes da região. Para além de sua sesmaria no Morro Santana, tinha ele genros espalhados em sesmarias no rio Jacuí, que desaguava no Guaíba. Assim explica a existência de ilhéus entre os primeiros povoadores o Gal. João Borges Fortes<sup>13</sup>:

"Acreditamos que os açorianos entrados no Rio Grande no período que estamos analisando, tenham refluído para a nossa terra depois de haverem passado por S.Paulo, atraídos talvez por ligações de família ou por se haver dissipado a ilusão do ouro que arrastara para o Brasil ondas de população portuguesa.

(...) Não é portanto uma conjectura infundada acreditar que antes de se dirigirem para o Sul houvessem eles passado por São Paulo, vindo provavelmente na mesma época que Jerônimo Dornelles (BORGES, p. 56-57)."

### ***1.1 Os imigrantes das ilhas***

Foram as ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores as primeiras experiências em dominação à distância do Reino Português. Facilitadas por sua localização geográfica<sup>14</sup>, seus habitantes desde cedo contribuíram para a colonização e ocupação lusa da América. Durante o período colonial, e especialmente no século XVIII, os portos brasileiros consistiam o principal

<sup>11</sup>KUHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. Niterói, 2006. Tese de Doutorado. ICHF. UFF. P.104.

<sup>12</sup>KUHN (2002), op.cit, 2006. P.217.

<sup>13</sup>FORTES, Gen. João Borges. *Os Casais Açorianos: presença lusa na formação sulriograndense*. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978.

<sup>14</sup> Ver "Mapa das localização das Ilhas dos Açores", Anexo A, p.54 desta monografia.

destino dos portugueses, já que "a emigração portuguesa tem sido, desde o século XV, um dos fenômenos mais marcantes da história do país<sup>15</sup>". A descoberta das minas de ouro, a prosperidade de seus negócios e o incentivo da Coroa, através da concessão de privilégios e mercês aos que contribuíssem no processo de colonização da colônia americana, fizeram da América Portuguesa uma poderosa atração para reinóis e insulanos, da qual não escapavam elementos de estratos superiores de suas respectivas sociedades.

Fosse através de estratégias particulares, como o caso de Jerônimo de Ornelas, ou coletivas, a emigração para o continente se oferecia como uma oportunidade de investir em novas realidades, aliada aos objetivos políticos e militares de Lisboa. Povoados desde o século XV, os "Açores" se constituem de nove ilhas atlânticas que funcionavam ora como escala para as expedições ultramarinas portuguesas, posto que serviam não só como refresco para as embarcações, mas também de reserva de homens para o serviço militar nestes novos territórios. Por serem ilhas vulcânicas, também eram frequentemente vítimas de desastres sismo-vulcânicos, aliados ao grave problema da concentração fundiária - terras, nem sempre férteis, que não podiam ser alienadas e nem divididas, herdadas somente pelo primogênito, que acabavam por gerar e alimentar o excedente demográfico<sup>16</sup>. Problemas que incitavam a vontade de emigrar, já incentivada muitas vezes pela Coroa, e pareciam já estarem predestinados desde o início de seu povoamento, em um hipotético dito, em tom profético, atribuído ao infante D. Fernando pelo Frei D. Diogo das Chagas no século XVII: "*elle como profetizando disse os primeiros pouoadores dessas Ilhas roçarão, e trabalharão, e seus filhos semearão, os netos uenderão, e os mais descendentes fugirão dellas o que assim aconteçeo, conforme o que ate aqui os tempos nos tem mostrados* (CORDEIRO, p. 104)<sup>17</sup>".

Destarte, diversas causas transformavam as ilhas portuguesas, em especial as açoritais, em um pólo emigratório, ao conjugar as dificuldades existentes nestas com a necessidade de povoar regiões vitais para o Império, e promoviam "uma sangria de gentes"<sup>18</sup> do lugar, por diferentes vias: iniciativas "individuais" de sujeitos ou famílias; religiosas, no exercício de atividades sacerdotais na América; em contingentes militares; e mediante a organização da Coroa, através da "política dos casais"<sup>19</sup>. Ao incentivar e direcionar a migração de grupos

<sup>15</sup>RODRIGUES, op. cit. p.226.

<sup>16</sup>HAMEISTER(2006), op. cit. P.156.

<sup>17</sup>CORDEIRO, C., MADEIRA, A. B. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820) : uma leitura em torno de interesses e vontades, *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2ª Série, vol.VII, p. 99-122. 2003.

<sup>18</sup>RODRIGUES, op. cit. P.238.

<sup>19</sup>Segundo Queiroz, a expressão "casais" ou "casais de número" já era adotada em Rio Grande desde 1738 para referir-se aos casais de povoadores imigrantes de outras partes do Brasil que eram registrados nos Livros de Matrícula da povoação para serem ajudados pela Fazenda Real. QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline., *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: FURG, 1987.

familiares, Portugal apresentava uma solução dupla para suas crises demográficas e para o povoamento do interior do Brasil, mormente as regiões de fronteira. Fórmula que já se configurava em meados do século XV, e tinha sido aplicada com maior importância para o Maranhão e Pará, mas que no século XVIII se incorporaria a premência da questão das fronteiras. Ao mesmo tempo, nas décadas iniciais deste século o arquipélago sofria duros abalos sísmicos, acirrando suas adversidades internas, intensificando as misérias, e fazendo com que as autoridades requisitassem ajuda para financiar migrações, e estimulassem alistamentos voluntários, como no Pico, uma das ilhas mais afetadas.

Na América, a descoberta das reservas auríferas das Minas Gerais provocava a chegada de uma enxurrada de gentes de todas as partes do Reino ao Brasil. Para Portugal, a dimensão do êxodo era tamanha a ponto de afetar a estrutura econômica e social de muitos lugares, obrigando o governo a disciplinar os movimentos migratórios com a instituição de uma "lei de passaportes" na década de 1720. Enquanto continha a mobilidade dentro de seu espaço, canalizava a de lugares específicos para pontos que, não sendo atrativos pela mobilidade espontânea, requeriam povoamento: lugares ermos, instáveis e, pela característica de fronteira, por vezes violentos<sup>20</sup>, como o Rio Grande de São Pedro, do qual as autoridades protelavam incentivos ao povoamento. Associando a emergência de tantos fatores, a Coroa direcionou o fenômeno migratório para regiões de seu interesse, aproveitando-se da conjuntura problemática local e de um imaginário aonde "o Brasil surgia aos olhos de muitos açorianos como uma terra prometida, onde era possível atingir a riqueza e, quem sabe, a felicidade"<sup>21</sup>, enviando, ainda na década de 1720, casais para a Colônia do Sacramento.

## ***1.2 Os imigrantes no Continente***

"A emigração açoriana setecentista foi decisivamente marcada pelo movimento registrado em meados do século, direcionado para o Brasil meridional – para Santa Catarina e para o Rio Grande de São Pedro. Com objetivos bem delineados pela coroa, mas, simultaneamente, respondendo às solicitações das gentes das ilhas, que passavam por dificuldades várias, assistiu-se a uma actividade inédita no fluxo emigratório açoriano para aquelas regiões (CORDEIRO, p. 108)".

Em 1750, numa tentativa por parte das duas coroas de resolver a disputa que oscilava entre debates diplomáticos e embates militares<sup>22</sup>, era assinado o Tratado de Madri, o mais importante tratado daquele século. Ao redefinir as fronteiras antigas de Tordesilhas, ele expressou a necessidade, por parte de Portugal, de garantir sua soberania na região

<sup>20</sup>HAMEISTER(2006), op. cit. P.177.

<sup>21</sup>RODRIGUES, op.cit., p. 236

<sup>22</sup>COMISSOLI, Adriano. (2006) *Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense.P.33.

meridional, reconhecendo o princípio do "*uti possidetis*": as terras do Rio Grande, efetivamente ocupadas por seus súditos, passavam a ser oficialmente portuguesas. O Tratado também estabeleceu a troca de dois pontos de conflito naquele cenário: Lisboa perdia a Colônia em troca do território das Missões Jesuíticas Orientais. Para sua concretização, duas comissões demarcadoras foram organizadas. A Colônia deveria ser entregue e os índios deveriam abandonar as reduções. Em 1747, durante a preparação do tratado, era promulgado um edital para promover a migração de casais açorianos, com a promessa de ajudas materiais e doação de terras. Para Cordeiro e Madeira<sup>23</sup>, a saída destes ilhéus se dava muito menos por sua vontade, e mais em virtude dos interesses da Coroa. Rodrigues<sup>24</sup> também destaca que as circunstâncias litigiosas das fronteiras meridionais do Império não deslocariam só contingentes familiares para a região, como também um grande número de soldados ilhéus, recrutados para servir à causa da Coroa na região, movimento de pessoas que chegaria a ter contornos de uma verdadeira migração<sup>25</sup>.

Para o Rio Grande de São Pedro, a Coroa concebia deslocá-los para a região das Missões Jesuíticas, que com o Tratado de 1750 seriam portuguesas. Ainda que o ingresso de colonos existisse desde 1748 na Ilha de Santa Catarina, os primeiros registros de casais dos Açores nos livros eclesiásticos de Rio Grande, a porta de entrada desta corrente no Continente, só surgem em 1750<sup>26</sup>. Entre as dificuldades que Queiroz aponta para o início da entrada destes na Vila, destacam-se as dificuldades que o governador da Ilha de Santa Catarina enfrentava em “selecionar aqueles que ainda estivessem em condições de poder suportar um acréscimo de vários dias aos que já traziam de viagem” e em encontrar embarcações que os transportassem, ao que o Conselho Ultramarino determinou que “obrigatoriamente, todas as embarcações que se destinassem ao Rio Grande fizessem escala em Santa Catarina para transportar os casais em condições”<sup>27</sup>. Uma vez em Rio Grande, os colonos destinados a povoar a região das Missões ali esperavam o momento em que, ao fim dos trabalhos de demarcação, pudessem ocupá-la definitivamente.

<sup>23</sup> CORDEIRO, C., MADEIRA, A. op.cit., p.119.

<sup>24</sup> RODRIGUES, op cit, p. 242.

<sup>25</sup> José Damião Rodrigues, em outro artigo intitulado “Da periferia insular às fronteiras do império: colonos errecutas dos Açores no povoamento da América”, descreve com mais detalhes como se constituiu o processo migratório de insulares para as fronteiras sul do Império ao longo do século XVIII em dois tipos de fluxos migratórios: “casais”, até por volta da primeira metade do século, e “levas” (de soldados), mais intensa a partir da última metade. RODRIGUES, J.D. Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 17-43, dez. 2010.

<sup>26</sup> QUEIROZ, op. cit, p. 86.

<sup>27</sup> QUEIROZ, op. cit. p.85.

Segundo Guilhermino César<sup>28</sup>, o "Edital de 1747" autorizava a vinda de casais açorianos cujos homens não tivessem mais de quarenta anos, as mulheres não mais de trinta e seus respectivos filhos e agregados, sendo que para cada mulher entre doze e vinte cinco anos, casada ou solteira, era dada à quantia a mais de dois mil e quatrocentos réis; e para cada filho de casal que migrasse, a quantia de mil réis. Além do transporte, o Edital contemplava a ajuda em ferramentas (uma espingarda, duas enxadas, um machado, um enxó, um martelo, um facão, duas facas, uma tesoura, uma serra com uma lima e travadora, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua), além de terras para plantar, no tamanho de um quarto de légua em quadro, e farinha para alimentarem-se no primeiro ano no novo lugar.

Em 1749 uma provisão determinava que para os filhos dos casais contemplados pelo Edital que em um ano depois de estabelecidos no lugar destinado para suas habitações casassem seriam lhes dado as mesmas condições que se haviam dado aos seus pais. Segundo Fortes<sup>29</sup>, o governador da Capitania de Santa Catarina, Manuel Escudeiro, teria feito ponderações a respeito dos prejudiciais resultados sob o ponto de vista moral dessa concessões, que teria levado muitos jovens a realizarem casamentos inconsiderados\* e “em 1752 a Provisão Real citada remediava o mal, dilatando o prazo demasiado exíguo de um ano para o de cinco<sup>30</sup>”. As circunstâncias bélicas que envolveriam o Continente ao longo do século provocariam um retardo ainda maior desta última provisão, dilatando o prazo “*ad infinitum*” sendo estendido também não só os filhos de casais, mas aos casados com filhos de casais, agregados de casais, casados com agregados de casais, casados com viúvas de casais: e que todos estes viessem por requerer as terras e incentivos do Edital. Hameister observou a ausência de mulheres brancas no Continente e as prerrogativas de acesso a recursos associadas ao Edital fizeram que a “mulher açoriana” – entende-se aí a mulher descendente ou agregada de imigrantes ilhéus abrangidos pela política de casais – representasse um “passaporte para as datas de terras”, vinculando nestas paragens e neste momento o acesso à terra à ligação com gente das ilhas. Tais fatores permitiriam a consolidação de um grupo e o forjar de uma identidade açoriana<sup>31</sup>.

Tal qual ocorreu com outras levas migratórias no Rio Grande do Sul, a historiografia que se ocupou com a imigração açoriana tendeu a uma visão romantizada sobre este percurso conturbado de inserção e adaptação às terras do Continente. Prevalece nas obras tradicionais a

---

<sup>28</sup>CESAR, G.op.cit., p127.

<sup>29</sup>FORTES, Gen. João Borges. *Os Casais Açorianos: presença lusa na formação sulriograndense*. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978

<sup>30</sup>FORTES, op.cit., p.87.

<sup>31</sup>HAMEISTER (2006), op.cit, p.178

imagem dos ilhéus como exemplos de moralidade e religiosidade, como afeitos ao trabalho, sóbrios e vigorosos<sup>32</sup>. Estas obras nos parecem querer tentar contrapor a imagem do "civilizador português" às imagens do "gaúcho errante", de origem espanhola e indígena. Tem a intenção de construir uma imagem do nativo do Rio Grande do Sul como herdeiro de açorianos e portugueses, estando historicamente determinado a ser brasileiro<sup>33</sup>. Em muitas destas, é marcante a utilização de argumentos racistas para explicar a função e a importância desta imigração, como fica evidente no fragmento abaixo de "Os Casais Açorianos", do Gen. João Borges Fortes, uma das obras clássicas a respeito.

"O imenso curso d'águas que era o Rio Grande dos primeiros exploradores da região, (...), seria a estrada que levaria ao interior dos sertões a sementeira da civilização portuguesa, preparando aquelas regiões para se constituírem o ninho de uma nova raça, os herdeiros de uma toda aquela amálgama de pioneiros, os lagunistas, reinóis e brasileiros, unificados todos em um mesmo objetivo e inspirados do mesmo esto patriótico, jamais permitir que lhes fossem arrebatadas aquelas terras que iam fecundando com os seus sacrifícios e dissaboradores.

A nova raça que se preparava era a dos rio-grandenses (FORTES, p. 75)."

Ainda para o General, mais do que povoar o Sul do Império, era exigida uma colonização capaz de estabelecer os ideais e o prolongamento da civilização lusitana em terras "desérticas", caracterizando uma "missão de tal maneira transcendental que os índios animalizados e os negros escravos seriam incapazes de realizar"<sup>34</sup>. Tanto para Guilhermino Cesar, em "História do Rio Grande do Sul", como para Fortes, fixa-se ideia da presença açoriana como um "cordão civilizador" frente à instabilidade típica de um território de fronteira, que teria dado origem ao "primeiro processo ativo de aculturação em que a presença lusa se fez sentir tanto na condução da cultura material quanto como da não material"<sup>35</sup>.

Em "Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul", Henrique Oscar Wiederspahn<sup>36</sup> realiza uma releitura da obra de Fortes. À luz do olhar etnocentrista que caracteriza estas obras, o autor enxerga o período que antecede a entrega das datas como o momento inicial de inserção do açoriano na sociedade sul-rio-grandense já estabelecida. "Rebaixando-se e marginalizando-se" para garantir sua subsistência, os imigrantes teriam se integrado tanto com os estancieiros, a quem passam a trabalhar, quanto às classes menos abastadas. A entrega das datas representaria o momento definitivo desta integração, com o trabalho em suas próprias

<sup>32</sup>Sobre a imagem dos açorianos na historiografia tradicional ver: FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Açorianos no Rio Grande do Sul : a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul rio-grandenses. *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2ª Série, vol. VII, 2003. p.123-142.

<sup>33</sup>KUHN, F. op cit, p. 24.

<sup>34</sup>FORTES, op.cit., p. 15

<sup>35</sup>CESAR, op.cit., p.133

<sup>36</sup>WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Instituto Cultural Português, 1979. (Coleção Caravela)

lavouras, a instalação de pequenas indústrias primárias e, inclusive, a criação de gado: "e [passariam], assim, a penetrar na melhor sociedade sul-rio-grandense de então"<sup>37</sup>, através da mistura com as famílias mais abastadas e o ingresso nas milícias. Dessa forma, ao se fazer presente nas diversas camadas sociais "os açorianos e seus primeiros descendentes diretos constituir-se-iam em verdadeira argamassa étnica e unificadora em relação às minorias existentes então"<sup>38</sup>.

Este trabalho pretende vir ao encontro de alguns estudos recentes que buscam desconstruir esta visão romantizada da imigração destes ilhéus, tratados como um grupo unificado e coeso, cuja identidade aparece como uma coisa dada e prévia à imigração. Enquanto ainda existem trabalhos recentes que não se preocuparam em enxergar as sutis diferenças sociais que os dissociavam, como a tese de Cleusa Maria Gomes Graebin<sup>39</sup> — que descreve as dificuldades que os imigrantes encontraram ao chegarem ao Continente, perante sua situação de abandono e a condição "vidas em trânsito", arranchados provisoriamente a aguardar o início da demarcação de suas datas, e as estratégias que estes vieram por desenvolver para se adaptar e melhorar suas condições - outros trabalhos entendem que "um mesmo fenômeno histórico — a migração para terras americanas — possuía, então, significados e importâncias diferentes para os agentes sociais, diferenças essas associadas às diferenças sociais pré-existentes nas Ilhas"<sup>40</sup>.

Eles apontam a construção desta identidade como resultado de um processo histórico que se deu como uma das estratégias que se valeram alguns açorianos e descendentes para obter os recursos que viriam, ao longo do segundo quartel do setecentos, através do Edital de 1747. A imigração de açorianos, como já foi apontada neste texto, não foi um fenômeno novo dentro da história da América Portuguesa. Nem todos imigrantes das ilhas assim quiseram ser reconhecidos, porque isto não lhes conformava como uma necessidade. A afirmação de uma identidade açoriana na região sul do Brasil se fazia conveniente para a execução de um projeto específico, que era o cumprimento das promessas de uma política de imigração organizada pela Coroa. A existência de clivagens entre os imigrantes demonstra que identificar-se pela origem açoriana para a obtenção de recursos não foi imperativo para

---

<sup>37</sup>WIEDERSPAHN, op.cit., p.132.

<sup>38</sup>WIEDERSPAHN,op.cit., p. 133

<sup>39</sup>GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. *Sonhos, Desilusões e Formas Provisórias de Existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

<sup>40</sup>HAMEISTER (2006), op.cit.,p.162.

alguns. Martha Hameister<sup>41</sup> estudou em sua tese de doutorado a formação da Vila de Rio Grande e deu significativa atenção à população de origem ilhéu que ali permaneceu.

"Assim como muitos dos migrantes dos Açores eram parte dos casais ou eram ditos das ilhas, alguns não eram vistos assim e nem assim apercebiam-se. Ao contrário, pretende-se mostrar que uma identidade como essa somente é construída em algumas ocasiões, fruto das condicionantes e das escolhas possíveis em um determinado local e um determinado momento histórico. A construção dessa identidade foi, afirma-se aqui, antes de mais nada, uma opção dos nativos das Ilhas. Não era compartilhada de maneira homogênea por todos que de lá vieram. Tampouco foi opção adotada pelos ilhéus em todas as localidades para as quais migraram. Mais do que isso, era um grupo, de alguma forma, "permeável", que permitia, através do casamento ou de outras formas de aproximação, que outros elementos ingressassem em suas fileiras, passando a gozar de prerrogativas pertinentes ao conjunto. Ou ao contrário, que determinadas pessoas ou famílias se distanciassem do grupo ao qual originalmente eram ligadas (HAMEISTER, p. 145-146)".

A imigração dos colonos açorianos é, assim, percebida como parte da estruturação de uma sociedade ainda em formação, mas que já havia começado a desenvolver mecanismos e valores específicos. Estando a maioria dos imigrados em estado de pobreza e sendo esta sociedade despreparada para absorvê-los, muito em detrimento das situações de litígio que marcariam o período, faz-se necessário entender as formas de inserção e adaptação que colonos e moradores do Continente vieram por criar. Ao analisar o grupo ilhéu arranchado nos Campos de Viamão, Adriano Comissoli<sup>42</sup> percebeu que os colonos não se valeram apenas do recebimento das datas pelo governo como forma de obtenção de terras e utilizaram mecanismos de obtenção já existentes dentro da sociedade rio-grandense de então. "O que constatamos, na realidade, é um comportamento de inserção dentro de uma nova sociedade, que inclui a aceitação de seus valores e mecanismos, como a compra de terras e a produção rural mista. (...) O que, a nosso ver, fica claro é a possibilidade de elementos do grupo migrante valerem-se dos mecanismos da sociedade rio-grandense<sup>43</sup>."

### **1.3 A Tranqueira de Santo Amaro**

A partir da década de 1750 iniciava-se o ingresso dos colonos no Continente. De acordo com o levantamento de fontes eclesiásticas e epistolares realizado por Maria Luiza Bertulini Queiroz, nesta década teriam entrado 1273 ilhéus adultos, principalmente entre os anos de 1751 e 1752, o que, em termos demográficos, teve uma importância excepcional, uma vez que a localidade possuía na década anterior apenas "1.400 almas" de todos os grupos

---

<sup>41</sup>HAMEISTER(2006), op.cit.

<sup>42</sup>COMISSOLI, Adriano Do Arquipélago ao Continente: Estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção social açoriana nos Campos de Viamão (Séc. XVIII). *AEDOS – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRG*, Porto Alegre, v.2, n.3.

<sup>43</sup>COMISSOLI, op.cit., p. 20

raciais<sup>44</sup>. A Guerra Guaranítica distanciava-os das atenções das autoridades locais, forçando-os a arrancharem-se em pontos esparsos das povoações até então existentes e nos novos entrepostos militares que a situação bélica fazia surgir. Em um ponto estratégico de confluência dos rios Jacuí e Taquari<sup>45</sup> era fundado um armazém para abastecer as tropas lusas que se dirigiam para as Missões. Partiu para lá, junto com alguns militares, um pequeno grupo de colonos, provavelmente dos arranchados no “Porto do Dorneles”, nas margens do Guaíba. Estes postos militares, na visão de Henrique Wiederspahn, preparavam “logisticamente a marcha dos povoadores portugueses ao longo do rio Jacuí, rumo às Missões Orientais<sup>46</sup>”, instalando-se armazéns de víveres e munições que tinham como base de operações o de Santo Amaro. Dante Laytano escreve assim sobre o surgimento de Santo Amaro:

"Nesses quatro primeiros anos, pelo menos 27 casais açorianos se estabeleceram ali. O povoamento tivera início em 1753, quando foram estabelecidos os armazéns de abastecimento do exército de Gomes Freire, que ia para a Demarcação dos Limites e trocas de território (LAYTANO, p. 44)."

Guilhermino Cesar identificou duas fases para o movimento migratório dos ilhéus: uma primeira, atuando como coadjuvantes das forças militares, na espera de serem encaminhados para região missioneira, aonde, que segundo Borges Fortes, “antes de encaminhar o seu exército para o interior desconhecido do país teve Gomes Freire de efetuar duas operações básicas: organizar sua linha de comunicações e procurar os elementos para defendê-la (BORGES, p. 79)“; e uma segunda, com a sua distribuição em datas no litoral e nas margens do rio Jacuí. Ainda segundo Cesar, a “linha de penetração do povoador ilhéu” teria sido encetada em Rio Grande, Capela Grande de Viamão – e seu porto de Dorneles, atual Porto Alegre, Triunfo, Santo Amaro e Rio Pardo e, mais tarde, com a invasão espanhola de Rio Grande em 1763, uma verdadeira dispersão: “famílias radicadas no Rio Grande foram reconduzidas para Maldonado e lá ficaram; outras fugiram para a banda do Norte”. É quando a presença açorita é assinalada no Estreito, Taquari, Santo Antônio da Guarda Velha (atual Santo Antônio da Patrulha), Mostardas e Cachoeira<sup>47</sup>.

Desta forma, o surgimento de Santo Amaro conjugava-se assim dentro das duas perspectivas de dominação do território perseguidas pelas autoridades reais para o Continente – a militar e de povoamento. Conjugá-las poderia ter sido uma opção que tivesse em vista tanto a futura utilização dos colonos como povoadores do território missioneiro, a utilização

<sup>44</sup>QUEIROZ, op.cit., p. 87.

<sup>45</sup>Ver no Anexo A, p. 53 desta monografia o “Mapa da Freguesia de Bom Jesus do Triunfo”, de 1756, data da criação da freguesia, desenhado pelo pároco Pe. Tomás Clarke e aonde se enxerga a povoação de Santo Amaro, e o “Mapa atual da localização de Santo Amaro do Sul, General Câmara”.

<sup>46</sup>WIEDERSPAHN, op.cit.,p. 44.

<sup>47</sup>CESAR,op.cit., p.133.

destes como reserva militar conforme se arrastasse o conflito com os indígenas e a própria segurança deste contingente, visto que também era composto por mulheres e crianças. Seu surgimento também insere-se ao momento da passagem do General Gomes Freire pelo Jacuí e da concessão de sesmarias na região. Entre estes destacam-se alguns genros e o filho do sesmeiro do Morro Santana, Jerônimo de Ornelas que,

“(…) depois de residir durante mais de duas décadas em Viamão, acabou se transferindo para a freguesia de Triunfo, juntamente com seus familiares, em 1757. As razões dessa mudança de domicílio estariam associadas à insatisfação do antigo sesmeiro com a instalação dos casais açorianos no "porto de Dornelles", região central da atual Porto Alegre. “Provavelmente insatisfeito por ter sido expropriado de parte de suas terras, o suposto “fundador de Porto Alegre” mudou-se para a paróquia vizinha, onde seu filho José Raymundo também possuía uma fazenda (KUHN, p. 218)<sup>48</sup>”

O advento do crescimento de sesmarias na região<sup>49</sup>, bem como a relevante presença militar e a chegada dos ilhéus nas barrancas do rio Jacuí geraram a necessidade de empreender-se pelas margens do rio uma nova freguesia, uma vez que as únicas paróquias existentes no Rio Grande de São Pedro até então eram a de Rio Grande e de Viamão. Erigida e desmembrada de Viamão em 1756, a paróquia de Senhor Bom Jesus de Triunfo foi disposta em um lugar distinto, onde se formaria posteriormente a Vila de Triunfo. Suas terras haviam sido doadas em 1754 a um dos genros de Ornelas, Manuel Gonçalves Meireles cuja “sesmaria da Piedade” deveria conservar meia légua para a freguesia e povoação. Durante todo o período estudado por esta pesquisa Santo Amaro pertencerá a freguesia de Triunfo. Seu desmembramento coincide com o início do processo de demarcação das datas dos seus casais d’El Rey, na década de 1770 – a paróquia de Santo Amaro surge em 1773.

Era Santo Amaro, entre os conturbados anos de 1757 e 1774, um pequeno lugarejo militar ladeado por sesmarias que abrigava algumas poucas centenas de habitantes, em sua maioria, oriundos das ilhas ou com estes relacionados. Às urgências de uma parcela destes seria, ao longo do passar dos anos, forjada uma identidade baseada em suas requisições ao cumprimento das normas contidas no edital que classificava alguns como “Casais de Sua Majestade”. Procedentes de um sítio com histórico de povoamento também recente, eram o resultado da união de uma gama intensa de motivações, das Ilhas e do Continente, assomadas às suas próprias motivações pessoais em investir em uma nova realidade do outro lado do Atlântico. Ao chegar por aqui, depararam-se com um território por onde circulavam gentes de inúmeras procedências e com diversos propósitos – um território em formação no qualurgia

<sup>48</sup>KUHN (2006), op.cit.

<sup>49</sup>Ver também: OSÓRIO, Helen. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, PPG em História/UFRGS, 1990. P.91.

adaptarem-se, mesmo que de forma penosa, à medida que eram largados quase que à própria sorte por autoridades carecidas de recursos e apreensivas com a demarcação da fronteira com indígenas e espanhóis. E vieram por formar um novo povoado, cujo nome evocava um santo de uma hagiografia muito popular no imaginário do medievo português por ter atravessado mares em busca do paraíso terrestre, mas que, ao fracassar parcialmente, buscou consolo com a atividade de povoar<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> SOUZA, Néri de Almeida. Peregrinação, conquista e povoamento. Mito e “realismo desencantado” numa hagiografia medieval portuguesa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 197-216. 2001

## 2. DA FAMÍLIA E DA FAMÍLIA DO BATISMO

Para compreendermos algumas das estratégias que os ilhéus e seus pares empregavam para melhor adaptarem-se àquele Continente em convulsão, torna-se importante conhecer uma das estruturas em que estavam assentados: a família. Um dos propósitos da Coroa, a imigração familiar destinava-se, como já escrito outrora, povoar espaços aonde a presença lusa se fazia mister radicar-se para a certeza da posse do mesmo. O estímulo da vinda de crianças e mulheres servia para contrabalançar uma sociedade, como a rio-grandense daqueles tempos, marcada pela presença de grandes contingentes militares e assim com altas taxas de masculinidade. Isto posto, a família é peça chave para a percepção da natureza das relações sociais na formação de Santo Amaro.

### 2.1 A família

A família, em suas diversas variações, sempre esteve presente nas sociedades humanas, mesmo que este conceito tenha tido diferentes significados e importâncias. A família das sociedades de Antigo Regime não é a mesma família das nossas sociedades contemporâneas ocidentais. Nos últimos dois ou três séculos, ela foi reduzida e perdeu a importância que antigamente tinha na forma como as pessoas enxergavam-se e determinavam suas escolhas. A família de Antigo Regime designava um número muito maior de parentes que a atual. Se hoje não denota muito mais do que consanguinidade, a família da Época Moderna contemplava estes, aqueles com que se coabitava e aqueles com que a família havia contraído relações rituais, através dos sacramentos católicos. Michel Bertrand<sup>51</sup> destaca duas acepções importantes para o termo nessas sociedades: família, vinculada à ideia de linhagem, por onde se regulavam alguns aspectos da vida, como a transmissão de patrimônio; e vinculada à ideia de parentela, num sentido mais horizontal que incluiria todo o conjunto de parentes possíveis já mencionados. Para o autor “(...) *todo individuo se encontraba pues inserto de alguna manera y en un momento dado jaloneado entre solidariedades familiares complejas que le imponían límites reales, pero que le aseguraban también apoyos ocasionales y relevos en caso de necesidad*”<sup>52</sup>, enredado em tantas relações múltiplas que

<sup>51</sup> BERTRAND, Michel. “De la familia a la red de sociabilidad”. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 61, n° 2, abril-junio, 1999, México.

<sup>52</sup> Tradução da autora: “(...) todo individuo se encontraba pois inserido de alguma maneira e em um momento dado preso entre solidariedades familiares complexas que o impunham limites reais, mas que o asseguravam também apoios ocasionais e relevantes em caso de necessidade”(BERTRAND, op.cit., p. 118).

faziam com que as pessoas se sentissem aparentadas, de alguma forma, umas com as outras<sup>53</sup>. Se a família gerava identidade, esta não obliterava gradações nos direitos e deveres de seus membros<sup>54</sup>.

A família, como a sociedade, era fortemente hierarquizada. Ao pensar nas visões de sociedade concernentes à época, Martha Hameister trabalha com a ideia de "família corporativa"<sup>55</sup>. Conceito oriundo da concepção corporativa da sociedade, a família é vista como modelo de organização do tecido social, por ser o menor tipo de associação entre homens e desempenhava um papel central na imaginação das relações políticas: era o fundamento da república; a disciplina das coisas da família, da casa, era o fundamento da legitimação patriarcal do governo, quando muitas vezes usadas as metáforas do casamento e da filiação para explicar a relação entre o rei e os súditos. Também a Igreja se concebia como uma família, dirigida por um pai, Cristo ou seu principal representante, o Papa, assim como as congregações religiosas<sup>56</sup>.

Segundo Xavier & Hespanha<sup>57</sup>, nas penínsulas ibérica e itálica, circunstâncias várias de natureza estrutural e conjuntural, promoveram uma mais longa sobrevivência do pensamento social e político medieval corporativo, caracterizado por ser

“(...) dominado pela ideia da existência de uma ordem universal (cosmos), abrangendo os homens e as coisas, que orientava todas as criaturas para um objetivo último, que o pensamento cristão identificava com o próprio Criador. Assim, tanto o mundo físico como o mundo humano não eram explicáveis sem a referência a esse fim que os transcendia, a esse telos, a essa causa final (...) (p. 122)”

Durante a Época Moderna, o pensamento corporativo tenderia a desaparecer com o advento de uma visão individualista de sociedade, mesmo nestes lugares aonde a Igreja Católica e o pensamento religioso se faziam mais presentes e resistentes às transformações modernas. Ainda assim, o paradigma corporativo sobreviveria na forma como a sociedade entendia a instituição familiar, forma que remontava representações antigas, mas sempre presentes, sobre o laço com qual a Natureza ligava seus elementos – o amor que, encontrado até nas feras, alcançou com a humanidade conteúdos especiais. O amor dos pais pelos filhos era tido como superior aos demais tipos entre humanos, uma vez que se fundava no

<sup>53</sup>FARIA, Sheila de Castro. *“A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial”*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. P.41.

<sup>54</sup>HESPANHA, António Manuel. *A Política Perdida: ordem e governo antes da modernidade*. Curitiba: Juruá, 2010. p. 152.

<sup>55</sup>HAMEISTER, Martha D (2005a). "A mão separada do corpo não será mão senão pelo nome": famílias riograndinas e suas redes de relacionamento (Rio Grande, c.1738 - c.1763). *Anais do I Colóquio do LAHES*, Juiz de Fora, MG. p.4

<sup>56</sup>HESPANHA, op.cit., p.164.

<sup>57</sup>XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. Paradigmas políticos e tradições literárias. In: MATTOSO, José. *História de Portugal. O Antigo Regime, 1620-1807*. Lisboa: Estampa, t. IV. P.127.

sentimento de que os pais continuavam em seus filhos. Por conseguinte, pais e filhos eram uma coisa só, a continuação de uns nos outros<sup>58</sup>. O amor do marido pela esposa também os fundia num só corpo, já que com o matrimônio a mulher reintegrava-se ao corpo do homem, do qual saía, no plano espiritual. Assim, “(...) a família constitui um universo totalitário, em que existe apenas um sujeito, apenas um interesse, apenas um direito (...)”<sup>59</sup>. Conceito de uma sociedade corporativa, que se enxergava como um corpo, cuja cabeça era o rei, e cada membro, a despeito da hierarquia existente entre ambos, tinha um papel a desempenhar<sup>60</sup>.

O peso da estrutura familiar sobre um indivíduo era tamanho que as consequências de suas ações acabavam por pesar em seus familiares, e o reverso, logo pertencer a uma família era um importante determinante nas decisões de cada um<sup>61</sup>. Ações individuais acabavam por repercutir de forma positiva ou negativa em todo o seu conjunto de familiares, não se restringindo aos que, contemporaneamente, consideramos a família. Sua importância também pode ser verificada ao perceber que suas relações acabavam por ser entropor em outros campos, como o político, o religioso e mercantil, dado que era uma estrutura em constante expansão, estabelecendo alianças sacramentadas com outras famílias, através do matrimônio e das relações de compadrio.

## **2.2 O batismo**

A vida familiar e a vida daqueles que a constituíam era manifestada através de ritos eclesiais que a ajudavam a ordenar e dar curso as suas existências, dado um rito como um meio de ação positiva do homem que visa criar relacionamentos com o divino<sup>62</sup>. Para aqueles homens, imbuídos da necessidade de recorrer ao sagrado em um mundo de constantes incertezas, se fazia necessário colocar a figura divina em muitas instâncias da vida pessoal e, assim, a Igreja se fazia presente sacramentando estes momentos, como o nascimento, as fases da vida adulta, o casamento, e a morte. Também estava presente em suas consciências, através da confissão e da penitência, e na passagem do tempo, contado pelos dias do ano litúrgico. Com o objetivo de evitar os tão comuns desvios nestes ritos e adequar a realidade da América Portuguesa às diretrizes da Igreja pós-Trento, foram publicado em 1707 as chamadas "Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia" pelo arcebispo D. Sebastião

---

<sup>58</sup>HESPANHA, op.cit., p.151.

<sup>59</sup>XAVIER & HESPANHA, op.cit.,p. 273.

<sup>60</sup>HAMEISTER (2005a), op. cit, P.5.

<sup>61</sup>BERTRAND, op.cit., p.116.

<sup>62</sup>FRANCO, Renato e CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. *Revista Varia Historia*, n.º31, Belo Horizonte. Janeiro de 2004.

Monteiro da Vide, por onde se regulavam vários aspectos da vida religiosa colonial. Segundo Hameister<sup>63</sup>,

"As Constituições Primeiras são também um arrazoado que se serve da filosofia escolástica para bem propagar o discernimento entre o certo e o errado, o pio e o ímpio, o puro e o pecaminoso. Não obstante o estabelecimento dessas dualidades, as Constituições Primeiras revelam também a forma culta e religiosa com a qual a sociedade pensava a si mesma e se organizava com princípios da cristandade a dar-lhe o rumo (HAMEISTER, Quem tem padrinho não morre pagão, p. 446)".

O rito mais importante do mundo católico é o seu sacramento inicial, o Batismo, presente desde os tempos iniciais do cristianismo. Segundo Franco e Campos<sup>64</sup>, o significado da palavra em grego remonta a ideia de "submersão, imersão" - imersão de um indivíduo nas águas batismais, e também na comunidade religiosa que agora passa a adentrar. É o rito de iniciação da Igreja Católica e estar nesta era condição sine qua non para se entrar por inteiro na sociedade lusa<sup>65</sup> setecentista sob o padroado. Destarte, o batismo para aqueles tempos simbolizava não só a imersão em águas batismais e na comunidade apostólica romana, mas a imersão em um mundo de valores políticos, sociais e religiosos que caracterizavam o Antigo Regime Português. Era nele que a criança - ou o adulto batizado - era apresentado e reconhecido socialmente como integrante de uma mesma identidade. Segundo as Constituições,

"O Bautismo he o primeyro de todos os Sanctos Sacramentos, e a porta por onde se entra na Igreja Catholica, e se faz o que o recebe capaz dos mais Sacramentos, sem o qual nenhum dos mais fará nelle o seu effeyto [título X, 33]."

O Batismo é parte da vida da alma, é o momento aonde o homem deixa de ser apenas homem para reconhecer-se também como "homem espiritual", porque o batismo representa a supressão do pecado original naquele que o recebe, trocado pela graça divina que faz sua alma renascer. Representa a certeza de que se algo nefasto ocorresse dali para diante com aquela alma, ela seria recebida por Deus<sup>66</sup>. Elementos simbólicos que provavelmente teriam um peso elevado em um tempo onde a ciência não provia o homem de meios de transportes seguros, medidas sanitárias e tratamentos médicos, entre tantas outros exemplos que nos afastam mais da ideia da morte hoje que nos setecentos. No momento do nascimento de uma vida nova, o parto, também ela lá estava: as complicações comuns relacionadas ao momento e a gravidez, e que hoje são mais facilmente atenuadas por modernos procedimentos científicos,

<sup>63</sup>HAMEISTER, Martha Daisson (2005b). "Quem não tem padrinho morre pagão: as escolhas dos padrinhos de escravos e relações entre famílias livres e escravas em algumas unidades domésticas da Vila de Rio Grande (c.1738-177)". *Boletim de História Demográfica*, v.XI.

<sup>64</sup>FRANCO, R. e CAMPOS, A., op.cit, p.24.

<sup>65</sup>HAMEISTER(2006), op. cit, p. 189.

<sup>66</sup>HAMEISTER(2006), op. cit, p. 207.

frequentemente geravam a morte da mãe ou do bebê. Também as condições adversas de higiene e o estado delicado de saúde em que se encontram os recém-nascidos, faziam da morte destes uma situação eminente. Assim, as Constituições<sup>67</sup> recomendam que

"Como seja muyto perigoso dilatar o Bautismo das crianças, com o qual paixão do estado da culpa ao da graça, e morrendo ele perdem a salvação, mandamos, conformandonos com o costume universal do nosso Reyno, que sejam bautizadas até os oyto dias depois de nascidas (...)."

Os inocentes desprovidos deste sacramento, mas que carregavam consigo o peso do pecado original, estariam impossibilitados eternamente do maior objetivo do homem religioso: ver a Deus. Sem poderem contar com a salvação, estavam destinados a um lugar intermediário, o Limbo, que, ao contrário do Purgatório, não oferecia possibilidade de alcançar o Céu. Quando a gravidez ou o parto se mostrassem complicados e sujeitos ao risco de morte, era mister que fosse ministrado o sacramento em casa, e qualquer pessoa, "ainda que seja mulher, ou infiel, pode validamente administrar este Sacramento, com tanto, que não falte alguma das cousas essenciaes [a água, a palavra e a intenção], e tenham intenção de fazer, o que faz a Igreja Catholica"<sup>68</sup>. Nestes casos excepcionais, a pessoa batizada deveria ser levada a igreja da freguesia mais próxima dentro dos mesmos oito dias para validar o sacramento, fazerem-se os exorcismos, colocarem-lhe os óleos batismaes. Também se preocupavam os redatores das Constituições com a qualidade das pias batismaes, dedicando um título inteiramente a elas. Toda freguesia deveria ter uma nas condições adequadas para este rito tão importante e, sabendo-se da grande extensão das freguesias da América Portuguesa, recomendava-se a instalação destas em capelas. À exceção dos casos de necessidade, o sacramento só poderia ser administrado pelo próprio pároco da freguesia e, quaisquer outros, deveriam ter licença do mesmo para o fazer.

Os efeitos do Batismo sob o novo fiel eram vários: perdoavam-lhe os pecados, era transformado em filho adotivo de Deus e feito herdeiro da glória divina, bem como do Reino dos Céus, infundia-lhe a graça, atribuía-lhe caráter - o neófito era incorporado no Corpo místico de Cristo<sup>69</sup>. Nascia do alto, conforme as escrituras. Apresentado a sociedade, o novo membro recebia um nome, o mesmo pelo qual seria chamado no Juízo Final. As dimensões religiosas e sociais que apresenta permitem, nas palavras de Donald Ramos, uma

<sup>67</sup> CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA (1853), feytras e ordenadas pelo... Senhor Sebastião Monteiro da Vide... propostas e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. Livro I. [Título XI, 36]

<sup>68</sup> CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA (1853), op. cit. [Título XX, 33]

<sup>69</sup> FRANCO, R. e CAMPOS, A, op. cit., p. 29.

oportunidade para analisar a vida e a mentalidade dos homens daquele tempo<sup>70</sup>. Ainda representava, conforme o mesmo autor, o momento de transferência de um poder simbólico: o recém-nascido saía do mundo feminino dominado pela mãe, pelo lar e pela parteira, para o mundo masculino da comunidade religiosa e moral. Nas palavras de Franco:

“Nas sociedades cristianizadas da Época Moderna, o sentido religioso freqüentemente coincide com o reconhecimento cultural; quando celebrava-se a incorporação ao mundo cristão, festejava-se também o nascimento da face humana da criatura [FRANCO, p.26]”.

### 2.3 A família do batismo

O Batismo constituía uma forma de inserção na sociedade que vinha por abarcar também os membros de sua família, pois através do sacramento se recebia pais espirituais, pais escolhidos pelos pais biológicos que zelariam por sua caminhada rumo aos céus. Os padrinhos são personagens importantes do rito batismal que não estavam presentes na origem do rito e foram incluídos ao longo dos séculos de cristianismo na liturgia católica. As Constituições Primeiras declaram que os padrinhos

“(...) ficão sendo fiadores para com Deos pela perseverança do bautizado na Fé, e como por serem seus pays espirituais, tem obrigação de lhes ensinar a Doutrina Christãa, e bons costumes. Também lhes declare o parentesco espiritual, que contrahiraõ, do qual nasce impedimento, que não só impede, mas dirime o Matrimonio: o qual parentesco conforme a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, se contrahe sómente entre os padrinhos, e o bautizado, e seu pay, e mãy (...) [XVIII, 65].”

No sacramento, os pais biológicos da criança (ou o próprio batizando, se adulto) escolhem aqueles que serão os pais espirituais do novo membro, que passa a ter, como Cristo, duas naturezas: a terrena, e sua família carnal; a espiritual, e sua família ritual<sup>71</sup>, representada pelos novos vínculos estabelecidos – e em uma sociedade onde a força da religião é muito significativa, teoricamente é vista como superior à primeira. Desta maneira, a criança era introduzida na comunidade religiosa que naqueles tempos também era secular – no mesmo espaço, diferentes níveis que formavam diferentes significados e naturezas de sociabilidade<sup>72</sup>. O compadrio funcionava como a conexão entre estes dois níveis, o carnal e o espiritual. Os novos pais introduzidos, co-pais, assumiam uma função sagrada que não poderia ser executada pelos biológicos: a doutrinação católica, o acompanhamento da fé e a fiança ante Deus – e também ante a sociedade, já que essa relação também passou a desempenhar funções paralelas à sagrada.

<sup>70</sup> RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História* [S.I.], n. 31, 2004, p. 41-68.

<sup>71</sup> HAMEISTER (2006), op. cit, p. 206.

<sup>72</sup> RAMOS, D, op. cit., p.49.

“O compadrio também tinha uma função importantíssima na comunidade livre, pois cumpria o mesmo papel de criar e reforçar laços sociais. Muito embora o compadrio servisse a uma função espiritual muito importante e, apesar das regras estabelecidas pela Igreja, a comunidade moldava aquela instituição para atender interesses pessoais, puramente seculares (RAMOS, p. 58).”

Na cerimônia batismal, os padrinhos se tornavam fiadores públicos da fé e da figura de seus afilhados, sendo usual responderem a algumas perguntas do pároco, renunciando ao demônio e afirmando a crença nos dogmas católicos, firmando um compromisso que "(...) significava privilégios e deveres de ambas as partes, os quais eram reconhecidos através da obediência, fidelidade e reverência do afilhado, em contrapartida às múltiplas responsabilidades dos padrinhos<sup>73</sup>". Ramos enxerga que o compadrio se tornou, na prática, uma oportunidade de estabelecer ou reiterar alianças, sob a égide de um sacramento, já que os padrinhos, que deveriam zelar pela salvação do afilhado, frequentemente acabavam por protegê-lo, de alguma forma, dos males mundanos.

A constituição de parentescos fictícios através do Compadrio estabelecia vínculos fortes entre duas famílias. Para Bertrand, a dimensão espiritual dessas relações oferecia uma garantia de solidez e fidelidade que faziam dos vínculos batismais vínculos de primeiro tipo<sup>74</sup>, ou seja, vínculos que possuíam prestígio dentro de uma sociedade que os legitimava e os atribuía de significado e importância. Se os laços familiares propriamente ditos já possuíam um peso considerável para um indivíduo, laços familiares espirituais, naquele contexto, poderiam possuir um peso igualmente relevante. Sendo assim, escolher alguém para ser pai espiritual de seu filho era estabelecer com alguém um vínculo forte, escolha que não pode estar dissociada de um projeto que a motive. Ramos<sup>75</sup>, analisando registros batismais de Vila Rica, constatou que "o vilarriquenho, do século XVIII, vivia num mundo de teias sagradas. Estas teias o cercavam desde o seu nascimento até o seu enterro e continuavam depois da morte física. No entanto, a primeira teia, depois daquela formada pelo nascimento biológico, foi criada pelo batismo e se comprovava uma das mais fortes"<sup>76</sup>. Teias que, segundo o mesmo autor, serviam para projetar a estrutura familiar na comunidade e estender e reforçar os laços familiares.

A historiografia sobre as relações de compadrio observou a predominância da tendência de majoritariamente estas serem relações "para cima", relações onde a posição dos

---

<sup>73</sup>VENANCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, Dezembro 2006. p.276

<sup>74</sup>BERTRAND, M. op cit, p. 131.

<sup>75</sup>RAMOS, D. op cit.

<sup>76</sup>RAMOS, op.cit.,p.51.

padrinhos raramente era inferior a dos pais. Ao passo que os padrinhos eram figuras com quem os pais dividiriam a paternidade, era natural que se escolhessem àqueles que detivessem mais recursos ou possibilidades de obtenção destes. Brugger<sup>77</sup> analisou, dentre tantos "tipos de compadrio", a importância dos padrinhos de prestígio - homens sistematicamente solicitados para o compadrio por possuírem qualidades que lhe davam reconhecimento social em uma determinada comunidade, e vinham por angariar uma ampla rede de parentes espirituais que reiterava esta condição. O significado do uso do compadrio para estabelecer relações com famílias de estatuto superior é discutido em diversos trabalhos de historiadores que observaram a criação desse tipo de vínculo em registros batismais. O compadrio pode ser visto como uma das origens das relações clientelares que caracterizaram o século XIX e início do XX na sociedade brasileira<sup>78</sup> e como uma forma de reiterar e legitimar a hierarquia social por gente comum, como propõe Hameister<sup>79</sup>, já que o convite para compadrio partia das camadas menos aquinhoadas da sociedade para as mais aquinhoadas que, por sua vez, não podendo retribuir o convite, se tornavam "credoras" das primeiras, devendo corresponder às expectativas projetadas pelos compadres no convite para receberem outros. Contrapondo a opção de tecer relações verticais, o compadrio podia ser utilizado para reiterar solidariedades de um mesmo grupo social, sacramentando amizades e afinidades construídas no dia-a-dia, nas lutas e nas experiências de um grupo, reforçando laços já existentes.

Segundo Bertrand<sup>80</sup>, o estabelecimento e a ativação de vínculos em um determinado momento faz com que surjam círculos de sociabilidade, que permitem recompor fragmentos de redes. Esses vínculos são ativados em função da análise de interesses e estratégias feitas pelos membros destas redes sobre as limitações que mais pesam em um determinado momento. Distingue alguns tipos de vínculos como efetivos ou potenciais, aqueles que realizam intercâmbios ou os que num momento dado não chegaram a ser ativados, apesar de existir a possibilidade do intercâmbio; e fortes ou débeis, dependendo do tipo de relação e da redundância que ela se dá (se o sujeito tem mais de um tipo de vínculo com outro). Nesse sentido, o compadrio é um mecanismo de estender as relações familiares através de um sacramento, ou melhor, conformar uma gama de pessoas que são possíveis de serem acionadas no momento que o indivíduo, a família, necessite.

---

<sup>77</sup>BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

<sup>78</sup>KUHN (2006), op.cit., p. 267.

<sup>79</sup>HAMEISTER (2006), op.cit., p. 367.

<sup>80</sup>BERTRAND, op cit, p. 122.

O compadrio é visto então como um mecanismo formador e amplificador de redes que surgem a partir da estrutura familiar. Os vínculos estabelecidos poderiam contar com motivações de diferentes naturezas, algumas não perceptíveis ao historiador. Não podem ser considerados homogêneos, visto que o vínculo entre alguém que apadrinhasse um neto não seria igual ao do mesmo ao apadrinhar o filho de outro sujeito; assim como a natureza da relação seria diferente se um homem de boa posição social apadrinhasse um filho de escravos e um filho de uma família de prestígio<sup>81</sup>. João Fragoso enxerga nas redes formadas pelo compadrio, ao cruzarem diferentes estratos sociais, uma forma de aliviar as tensões sociais inerentes à sociedade hierarquizada de Antigo Regime<sup>82</sup>, sistema que não era mantido a ferro e fogo e que comportava mecanismos de elasticidade e negociação. Dar aos filhos padrinhos de famílias importantes era dotá-los de um rico patrimônio parental, passível de ser utilizado ao longo de sua vida e era estabelecer relações de respeito e solidariedade com os "bons" de um determinado lugar. Mesmo não anulando a hierarquia, o compadrio permitia que pessoas de diferentes condições sociais se reconhecessem como parentes, posto que pais e padrinhos tornavam-se “irmãos espirituais”, estavam impedidos de casarem-se e deviam respeito e auxílio mútuo. A própria relação entre padrinho-afilhado seria caracterizada pela hierarquia própria da família: “ao padrinho correspondem à educação, os conselhos, o encaminhamento do jovem a uma profissão ou a um casamento e ao jovem competem às atitudes de respeito e apoio aos padrinhos<sup>83</sup>”.

Em sociedades com altas taxas de mortalidade e à mercê de guerras e desastres naturais, dar aos filhos outros pais a quem pudessem recorrer poderia ser uma estratégia vital de sobrevivência. Para Jacques Revel, as estratégias familiares se realizavam menos em vista de resultados econômicos, e mais em busca de uma garantia coletiva contra o inesperado<sup>84</sup>. Utilizar o Batismo como um meio de obter para o novo membro da família uma proteção e, assim, ampliar as relações familiares do próprio pode ser visto como uma forma de utilizar estrategicamente as normas sociais que se podia, em um determinado momento, dispor. Sobreviverem biologicamente e conservarem o estatuto social para outras gerações são vistas, por Revel, como as principais finalidades das estratégias dirigidas pelos grupos familiares. Para Bertrand, é preciso valorizar a capacidade de ação dos atores sociais, sem enxergá-los como totalmente submersos às normas estruturais, reintroduzindo-os na análise

---

<sup>81</sup>BRUGGER, op. cit. 2007, p.315.

<sup>82</sup>FRAGOSO (2002), op.cit., p. 47.

<sup>83</sup>HAMEISTER (2006), op.cit., p.446-447.

<sup>84</sup>REVEL, Jacques. História ao Réis-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.27.

do historiador. Isto porque, segundo o autor, o contexto de uma sociedade de Antigo Regime no espaço colonial europeu é "*como un dato cambiante, no homogêneo y sobre todo poroso*"<sup>85</sup>, que sustentava certa margem real de escolha e manobra de seus membros: possíveis de serem feitas, mas cercadas por limitações.

Herdeiros do mesmo império e de muitas práticas culturais análogas, a instituição do compadrio certamente foi percebida pelos ilhéus de Santo Amaro como um instrumento importante para selar e criar relações com outras famílias nos incertos primeiros anos de composição do vilarejo. O Batismo pode ser entendido não apenas como o ingresso de um novo membro na comunidade religiosa, mas uma das formas encontradas por seus pais para mostrar como queriam se inserir e com quem queriam se identificar na freguesia. Também reflete em quem buscavam se apoiar e em quem depositavam esperança de auxílio caso as coisas decorressem para pior. Ainda que nos escapem muitas das motivações para escolha dos padrinhos, acreditamos que não se faziam ao acaso, pois estabelecia um vínculo que ultrapassava a morte e seria carregado até o Juízo Final – o que provavelmente não era pouco para um grupo carente de recursos e com perspectivas indefinidas. Parece-nos que, principalmente nestas delicadas circunstâncias, a religião foi utilizada não só como um meio de ordenar e dar sentido às suas vidas, mas até como um apoio psicológico em tempos críticos. Quando elevada a freguesia e quando construído seu grande templo católico, por volta da década de 1780, Santo Amaro, como os demais lugarejos coloniais, viria a dispor física e espacialmente a posição da religião como uma das principais forças ordenadoras da sociedade, como o viajante francês Auguste Saint- Hilaire<sup>86</sup> escreveria anos depois: “a igreja fica no topo de uma colina e sobre o seu declive veem-se pequenos grupos de casas, entremeadas entre laranjeiras e gramados”.

---

<sup>85</sup>Tradução da autora: “é como um dado que muda, não homogêneo, e sobretudo poroso” (BERTRAND, op cit., p. 114).

<sup>86</sup>SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. 2ª ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987. P.369.

### 3. DOS CASAIS DA TRANQUEIRA E DE SEUS PADRINHOS

Os registros de batismo funcionavam, na Época Moderna, não só como a memória da comunidade religiosa, mas como documentos de identificação<sup>87</sup>. Atendendo as reformas promovidas pelo Concílio de Trento, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia sistematizaram estes registros, tendo cada freguesia ao menos um livro onde eram descritos o mês, o ano, quem havia batizado, quem eram os pais, se os pais eram casados ou não, quem eram os avós, a origem dos pais e dos avós, quem eram os padrinhos e quaisquer outras peculiaridades possíveis. A Paróquia do Bom Jesus do Triunfo contava, logo nos primeiros anos de sua criação, com três livros de registro: para a população branca, para a população escrava e para os colonos ilhéus assentados na Tranqueira de Santo Amaro, livro que analisaremos capítulo. Uma vez que grande parte da população da paróquia fosse moradora das fazendas que constituíam seu entorno, a existência de um livro específico para Santo Amaro pode significar que, pelo fato da maioria de seus habitantes declarassem ser “Casais de Sua Majestade”, a comunidade fosse considerada pelo pároco um grupo de certa forma distinto do resto. Entre as peculiaridades que seriam registradas neste livro, a “Casal de Del-Rei assistente na Tranqueira de Santo Amaro” é a mais frequente, o que indica que ser “dos Casais” talvez realmente significasse alguma diferenciação social quando da formação das hierarquias sociais da paróquia.

O primeiro pároco de Triunfo foi o Pe. Tomás Clarke, natural de Miragaia, Porto, Portugal, tio do poeta Antônio Gonzaga. Clarke seria o padre da localidade do dia da instalação da paróquia<sup>88</sup>, em 9 de janeiro de 1757 até sua morte em 1779. O livro de registros que aqui analisamos é, portanto, de sua autoria, e se inicia com o batismo de Isabel, em outubro de 1757, e se encerra com o batismo de Ana, em fevereiro de 1775. Em janeiro de 1773 o bispo do Rio de Janeiro desmembrava Santo Amaro de Triunfo, dando ao povoado sua própria paróquia e entregando ao governador do Continente, José Marcelino de Figueiredo, o encargo de acertar seus limites. Assim, provavelmente por serem anos de transição, nos últimos anos os registros diminuem e o último registro – de fevereiro – não corresponde ao ano oficial do encerramento do livro, 1774. A década de 1770 também representa a transição para tempos certamente mais calmos, pois é nela que se iniciam as demarcações das datas.

<sup>87</sup>FRANCO, e CAMPOS, op.cit., p.36.

<sup>88</sup>Segundo Rupert, teria sido ele que havia segurado os evangelhos nos ajustes dos caciques dos Povos das Missões, no Campo do Rio Jacuí em 1754 com Gomes Freire, uma vez que era capitão interino da demarcação dos limites. RUPERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

Outro fator demográfico importante a respeito dos registros, ainda que não verificado com atenção neste trabalho, é a criação em 1765 da paróquia de São José de Taquari<sup>89</sup>, que abrigaria um significativo grupo de casais nas margens do rio de mesmo nome, um pouco ao norte de Santo Amaro. Na tentativa de enxergar um pouco melhor quem eram os pais e os padrinhos dos registros da comunidade, foram consultados o “Rol de Confessados da nova paróquia do Bom Jesus do Triunfo no ano de 1758”, os Autos de Justificação de Matrimônio (1753-1763) e o trabalho genealógico sobre os primeiros povoadores de Triunfo de José de Araújo Fabrício<sup>90</sup>.

### 3.1 Os pais

O livro de Santo Amaro apresenta 175 registros de batismo de crianças filhas de oitenta e três casais, agora entendidos como oitenta e três duplas de pais e mães. Destes casais, trinta e dois em nenhum registro foram mencionados pelo pároco como “Casais de Sua Majestade”, sendo os cinquenta e um restantes tendo esta qualificação escrita em um registro ao menos. Tendo o padre a posição de homem de culto e a prerrogativa da autoridade da Igreja, sua menção possivelmente serviria como comprovante do pertencimento ao grupo por alguém que desejasse receber no futuro as benesses do Edital de 1747. A desaparecimento da menção ao longo dos registros pode ser interpretada também pela falta de necessidade de repetir uma informação que, dentro daquela comunidade e na visão de um padre que já a conhecia bem, era mais do que sabida. Nove, dos cinquenta e um “Casais de Sua Majestade” de Santo Amaro, merecem ainda outra distinção: casais desertados de Rio Grande, quando da invasão de Cevallos em 1763. Ainda que esta distinção só despontasse nos registros do ano seguinte, em setembro do mesmo ano temos o batismo de Lucrecia<sup>91</sup>, a primeira criança batizada deste sub-grupo de casais refugiados na localidade. Não por acaso, recebeu neste dia o nome da singular madrinha que ganhava: seus padrinhos eram Jerônimo de Ornelas Meneses e Vasconcelos e sua mulher, Lucrecia Lemes Barbosa, uns dos mais antigos povoadores do Continente, cujos genros eram senhores de muitas sesmarias da região. Santo Amaro, inclusive, localizava-se nas terras de um destes, Francisco Xavier de Azambuja, “o patriarca da Tranqueira de Santo Amaro”, segundo Fabrício.

<sup>89</sup>RUPERT, op.cit., p.85.

<sup>90</sup>Fabrício fez um apanhado de dados coletados no Livro nº1 e 2 de batizados, no Livro nº1 de casamentos e óbitos de Triunfo, o primeiro livro de batizados da freguesia de Santo Amaro e outros trabalhos genealógicos. FABRÍCIO, José de Araújo. A Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus de Triunfo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS*, v.27, n.1-4 (1947), pag. 318-323.

<sup>91</sup>Registro de Batismo nº8\* (27/09/1763), Livro 1 – A de Batismos de Triunfo (1757 – 1774)” - AHCMPA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre), de Lucrecia, filha legítima de Pedro de Araújo Lopes, natural da ilha de São Miguel, e Águeda de Nazaré, natural da ilha do Pico.

Os dados do livro nos indicam que, num universo de 83 pais e mães apresentando seus filhos perante a Igreja, 61,44% compunham o grupo de imigrantes ilhéus conhecidos como “Casais Del-Rei”. Mesmo sendo apenas meros vestígios, porque excluem todos aqueles que não geraram filhos no período e aqueles que, por ventura, não chegaram a serem batizados, os números que podemos extrair dos registros batismais desta comunidade dão-nos alguma ideia de como era composta.

Tabela 1 - Origem de todos os pais nos registros de batismo de Santo Amaro

Origem dos Pais		Origem das Mães	
Ilha Terceira	11	Ilha Terceira	14
Ilha de São Jorge	31	Ilha de São Jorge	36
Ilha do Pico	4	Ilha do Pico	5
Ilha de São Miguel	5	Ilha de São Miguel	2
Ilha de Santa Maria	3	Ilha de Santa Maria	2
Ilha Graciosa	4	Ilha Graciosa	2
Ilha do Faial	13	Ilha do Faial	13
Total das Ilhas	71	Total das Ilhas	74
Portugal	6	Portugal	0
São Paulo	2	São Paulo	0
Rio de Janeiro	1	Rio de Janeiro	0
Continente (Viamão, Rio Grande)	2	Continente (Viamão, Rio Grande)	6
Parnaíba	1	Parnaíba	0
Ilha de S.Catarina	0	Ilha de S.Catarina	1
Laguna	0	Laguna	1
desconhecida	0	desconhecida	1
Total não das Ilhas	12	Total não das Ilhas	9
Total de pais	83	Total de mães	83

FONTE: Livro 1 – A de Batismos de Triunfo (1757 – 1774)” - AHCMPA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre)

Os dados do quadro acima demonstram que a população inicial do povoado de Santo Amaro não demonstrava ser totalmente homogênea quanto se suporia de uma comunidade de cuja historiografia e memória popular tendem a tratar como “tipicamente açoriana”. Somando-se os 83 pais com as 83 mães, constata-se que, num total de 166 pessoas, 12,65% não eram das ilhas.

Tabela 2 - Origem dos pais Casais nos registros de batismo de Santo Amaro

Origem dos Pais (Casais Del-Rei)		Origem das Mães (Casais Del-Rei)	
Ilha Terceira	8	Ilha Terceira	11
Ilha de São Jorge	17	Ilha de São Jorge	24
Ilha do Pico	1	Ilha do Pico	4
Ilha de Santa Maria	3	Ilha de Santa Maria	2
Ilha Graciosa	3	Ilha Graciosa	1
Ilha do Faial	11	Ilha do Faial	8
Ilha de São Miguel	3	Ilha de São Miguel	1
Total das Ilhas	46	Total das Ilhas	51
São Paulo	0	São Paulo	0
Rio de Janeiro	1	Rio de Janeiro	0
Continente (Viamão, Rio Grande)	0	Continente (Viamão, Rio Grande)	0
Parnaíba	0	Parnaíba	0
Ilha de S.Catarina	0	Ilha de S.Catarina	0
Laguna	0	Laguna	0
Portugal	4	Portugal	0
desconhecida	0	desconhecida	0
Total não das Ilhas	5	Total não das Ilhas	0
Total de pais	51	Total de mães	51

FONTE: Livro 1 – A de Batismos de Triunfo (1757 – 1774)” - AHCMPA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre)

Dos doze homens da Tabela 1 que não haviam nascido nas ilhas, cinco foram incluídos no grupo de Casais pelo pároco e nenhuma mulher de outra origem foi incluída, o que talvez venha ao encontro das ideias apresentadas por Martha Hameister a cerca da importância da mulher açoriana no extremo-sul. Entendendo ser “Casal de Sua Majestade” uma estratégia utilizada por alguns a fim de terem acesso a determinados recursos da Coroa, e

sendo o Continente uma região de fronteira, militarizada e, portanto sofrendo da ausência de mulheres brancas para o casamento, ligar-se ao grupo através deste sacramento parece ter sido uma escolha de alguns em um momento aonde os conflitos do Continente dilatavam tempo e os beneficiados da política de casais da Coroa. Daí advém o valor que a “açoriana” por estas paragens parece ter tido, já que além das ajudas de custo acrescentadas por cada uma que chegava, casar com uma era um passaporte para a obtenção de terras<sup>92</sup>. Outro dado a ser observado dos dois quadros é a expressiva presença de gentes oriundas da Ilha de São de Jorge: De 166 pessoas, 67 nasceram na ilha, o que representava cerca de 40,36% de todos habitantes de Santo Amaro. A porcentagem chega a 47,05% se pensarmos somente nas mulheres dos Casais da comunidade e nos lembrarmos dos dados de 1747 apresentados por Damião Rodrigues<sup>93</sup> aonde cerca de um quinto dos habitantes dessa ilha se mostravam dispostos a emigrar para o Brasil.

### **3.2 Os padrinhos**

Do total de batismos do livro, 162 possuem ao menos um registro de compadrio. Doze são classificados como “batismos por necessidade”, casos em que, conforme já escrito no capítulo anterior, o batismo era feito em casa em situações emergenciais, quando há o risco de morte do bebê. Nestes não há o estabelecimento do parentesco ritual, mas eram obrigados os pais a dar validade do sacramento na paróquia em um prazo de oito dias, aonde se impunham os óleos e este era registrado. Dos doze registros do tipo, cinco são de filhos de casais. Ainda há um registro onde não consta a presença de padrinho<sup>94</sup> e há seis que não constam madrinhas. Nos registros não há nenhuma ocorrência de “madrinhas sagradas” e a resposta para essa ausência parece coincidir com a mesma dada à escolha dos padrinhos pelos pais de Lucrecia: sendo novatos em uma comunidade e possivelmente estando sujeitos a diversas privações, colocar uma criança no mundo poderia parecer um desafio bem menor se pudessem contar com a proteção e o futuro auxílio de pessoas poderosas, como a matriarca de uma das famílias mais importantes da nova localidade. Ainda que a permanência em Santo Amaro nestes anos lhes fosse incerta e provisória, se fazia necessário dar continuidade às suas vidas, adaptando-se aos lugares por onde passavam. Nesse sentido, segundo Hameister<sup>95</sup>,

---

<sup>92</sup>HAMEISTER (2006), op.cit, p.176

<sup>93</sup>RODRIGUES (2010), op.cit., p.28.

<sup>94</sup>O livro de batismos é uma versão transcrita pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, não sendo consultado o original.

<sup>95</sup>HAMEISTER (2006), op.cit.

“Se as autoridades achavam que a derrocada da resistência indígena era uma questão de tempo, as populações civis não podiam esperar para dar consecução às suas vidas (...). O nascimento de crianças fazia parte dessa continuidade, fossem seus pais solteiros e casados. Como cristãos que eram, buscaram batizar seus filhos, livrando-os do pecado original. Junto com isso, reatavam laços, através do parentesco espiritual que remontavam às Ilhas e atavam novos laços com moradores que já estavam na Vila [de Rio Grande] há mais tempo. O resultado disso é uma bem elaborada malha de relações que transparecem nos registros batismais, dando a esses novos moradores uma base de sustento para suas existências sociais (HAMEISTER, p 346)”.

Foram contabilizados 99 padrinhos nos registros do livro e destes somente 34,34% foram padrinhos duas vezes ou mais. Apenas oito homens compareceram à pia batismal mais de quatro vezes, estando presentes em 22,28% dos batismos do livro e em 19,84% dos batismos de filhos de Casais, ou seja, praticamente representando um quarto do total dos registros. Destes oito homens, seis pertenciam à elite agrária da região e dois constam como “Casais de Sua Majestade”.

Tabela 3 - Padrinhos com mais afilhados no total

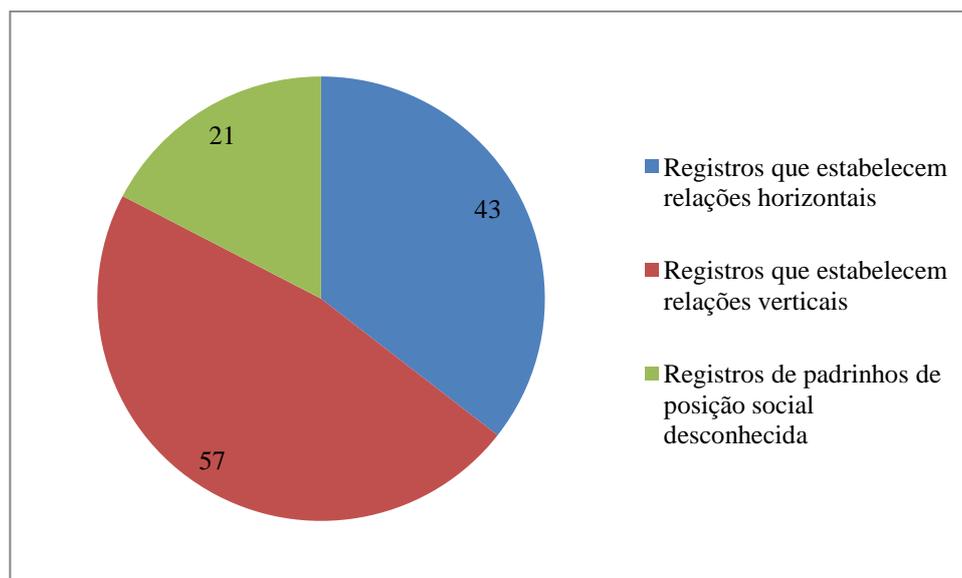
Compadre	Total	Com Casais	Madrinhas de filho de Casal	Informação
João Francisco de Almeida	6	5	Antônia Cardoso, Maria de Magalhães, SM Joana de Jesus (3x)	Antônia Cardoso, Maria de Magalhães, SM Joana de Jesus (3x)
Francisco Xavier de Azambuja	6	4	SM Rita de Menezes (2x), Ana Pereira (1x), Faustina de Menezes (1x)	Fazendeiro
Jerônimo Xavier de Azambuja	6	1	... de Jesus	Fazendeiro, filho de Francisco Xavier de Azambuja
Agostinho Gomes Jardim	5	3	SM Teresa Barbosa de Menezes (3x)	Fazendeiro
Manuel de Medeiros	4	3	Rosa Maria, SM Maria Silveira (2x)	Casal de Sua Majestade (segundo o rol de 1758)
Jerônimo de Ornelas Menezes	4	3	SM Lucrecia Lemes Barbosa (3X)	Fazendeiro
André Jacinto	4	3	SM Felícia do Sacramento (3X)	Casal de Sua Majestade
Antônio José Machado de Araújo	4	3	SM Margarida Gomes (3X)	Fazendeiro
Total de Batismos	39	25		

FONTE: Livro 1 – A de Batismos de Triunfo (1757 – 1774)” - AHCMPA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre)

O homem que mais batizou crianças no livro foi João Francisco de Almeida, que, segundo Fabrício, natural de Figueiros, Coimbra, tinha uma fazenda no atual município de Guaíba. Sua mulher, Joana de Jesus, foi madrinha em três das cinco vezes que apadrinhou filhos de Casais. Segundo o genealogista, Joana era natural da ilha de São Jorge, filha dos ilhéus Miguel Afonso Leal e Águida Fagundes. Nos autos de justificação de seu matrimônio, em 1761, consta que João Francisco vivia há dezoito anos na freguesia de Triunfo e há três em sua fazenda de gado. É possível imaginar que, neste caso, a origem comum da esposa possa ter facilitado a aproximação e a escolha deste homem como padrinho de cinco Casais diferentes. O segundo homem que mais batizou era o dono das terras aonde estava a Tranqueira, Francisco Xavier de Azambuja. Francisco, natural de São Paulo, era casado com Rita de Menezes, filha de Jerônimo de Ornelas e Lucrecia Leme Barbosa. Neste livro de registros, foi cinco vezes à pia batismal, sendo em quatro para batizar filhos de Casais, duas vezes com a mulher e uma com a filha, Faustina de Menezes, casada com o também fazendeiro Vitoriano José Centeno, que aparece apenas uma vez como padrinho.

Para famílias intituladas alguma vez “Casais de Sua Majestade”, foram encontrados 80 padrinhos diferentes, sendo que mais da metade, 65% dos padrinhos, o foram somente uma vez. Como já foi visto no capítulo anterior, o compadrio era um dos mecanismos de que dispunham os ilhéus arranchados em Santo Amaro para firmar alianças. Os anos abrangidos pelo livro de batismos aqui analisado correspondem aos primeiros anos de chegadas contínuas e de constantes mudanças – a invasão espanhola de Rio Grande, o deslocamento frequente de tropas na região, a situação jesuítica, a criação da Paróquia de Taquari e o início da concessão das datas certamente influíram e modificaram as estratégias destes ilhéus. As fontes consultadas não nos podem dar uma ideia definitiva e totalmente clara a respeito das formas como o compadrio foi utilizado por estas famílias, em especial aquelas nomeadas por “Casais Del-Rei”, todavia os dados aqui coletados permitem-nos ter uma ideia de que tipos de relações estes casais buscavam ao escolher seus padrinhos. Com o compadrio, criavam-se redes familiares de cooperação e respeito, redes que poderiam ser utilizadas nas horas mais difíceis. Podiam reforçar solidariedades, depositando a salvação dos filhos – tanto espiritual, quanto terrena – em amizades já construídas, solidificando afinidades em parentescos espirituais; ou podiam construir pontes com indivíduos de prestígio, colocando os filhos no rol dos parentes espirituais daqueles que possuíam qualidades que evocavam proteção e auxílio.

Gráfico 1 - Tipos de compadrio observados nos Casais de Sua Majestade de Santo Amaro



FONTE: Livro 1 – A de Batismos de Triunfo (1757 – 1774)” - AHCMPTA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre)

Dos 175 registros de batismo que temos, 126 correspondem aos registros de casais alguma vez declarados pelo Pe. Clarque como “Casais de Sua Majestade”. Retirando os cinco

casos de “batismos por necessidade”, temos o total de 121 registros que estabelecem relações de compadrio. Dos oitenta padrinhos, não foi possível identificar nas fontes consultadas informações relevantes sobre dezessete. Ainda que a falta de informações sobre os mesmos possa denotar a pouca “importância” em termos sociais que podem ter tido, e assim, acreditando que o compadrio estabelecido com, ao menos, a maioria destes fosse resultado da reiteração de afinidades prévias ao sacramento, preferiu-se os desconsiderar. Do restante dos padrinhos, trinta e quatro não aparentam vincular-se com o grupo dos Casais de Sua Majestade e vinte e nove estão ligados ao mesmo. Ao calcular estas incidências nos registros de compadrio dos casais percebe-se que em 47,1% dos registros (que correspondem a cinquenta e sete registros) prevalece o desejo do vínculo através do compadrio com famílias importantes e autoridades da região e em 35,5% dos registros (quarenta e três registros) o desejo é de buscarem compadres entre aqueles que partilhavam a identidade de “Casal”. O resultado indica a clara tendência dos Casais Del-Rei de Santo Amaro em estabelecer relações de compadrio do tipo verticais, inserindo os filhos nas parentelas de grandes estancieiros e militares da região. Deve-se imaginar que para estes imigrantes não deveria ser confortável estar arranchado na beira de um rio esperando que as autoridades locais definissem suas terras definitivas, principalmente sabendo que a terra em que estavam já tinha dono – e não era qualquer dono, mas um membro de uma das famílias mais antigas e importantes do Continente. Acrescentando a isto a situação bélica daqueles tempos, parece que criar vínculos de respeito e cooperação com estes homens poderia significar, ao menos, um conforto e um sinal de respeito a estes poderosos.

### ***3.3 Os padrinhos dos Casais***

Outro dado observado nos registros de Santo Amaro é que quase a metade dos Casais, 47%, buscou o compadrio com grupos importantes da terra na primeira vez que batizaram os filhos na comunidade. José Rodrigues e Mariana Lopes, Casal de Sua Majestade Assistente na Tranqueira, naturais da Ilha Terceira, escolheram os filhos de Jerônimo de Ornelas, José Raimundo e Teresa Barbosa de Meneses, como padrinhos de Escolástica, em 1757. Dois anos depois, seriam Jerônimo e sua mulher convidados para batizar Plácido. Mas a opção mudaria nos próximos dois filhos, cujos padrinhos seriam também Casais Del-Rei. O padrinho de Manuel, Simão Dias, e sua mulher, Maria do Rosário, naturais da Ilha do Faial, foram um dos três Casais de Santo Amaro que mais comparecerem à pia batismal apadrinhando. Aparecem nos registros no batismo de Perpétua, em 1764, filha de um Casal da Ilha Terceira desertado de Rio Grande, e de Tomás, em 1765. Tomás era filho dos também faialenses Francisco da

Rosa e Maria Rosa e, de acordo com o Rol de Confessados de Triunfo de 1758, os dois Casais de Sua Majestade eram vizinhos. Francisco já havia batizado Maria, filha de Simão, em 1758. A proximidade e o convite para o estabelecimento do parentesco espiritual por parte dos dois casais parecem confirmar a função de reiterar e sacralizar solidariedades que o compadrio poderia ter, bem como o caráter de reciprocidade deste tipo de relação. Simão e Maria do Rosário parecem ter escolhido a mesma estratégia no batismo de sua outra filha, Felícia, batizada pelo também Casal André Jacinto e Felícia do Sacramento. Os registros dos filhos de Simão trazem ainda outra curiosidade sobre estes registros: como o batismo também era o momento em que as crianças ganhavam nomes, é recorrente que ganhassem os nomes de seus padrinhos ou madrinhas. Assim como a Lucrecia dos pais desertados de Rio Grande, o nome de Maria evocava o de sua madrinha, Maria do Rosário, e o de Felícia, de sua madrinha Felícia do Sacramento.

André Jacinto e sua mulher, junto com Manoel de Medeiros e Maria Silveira, foram os Casais de Sua Majestade mais procurados para apadrinhar crianças, batizando três crianças de Casal e outra criança cada um. A única vez em que André Jacinto e Felícia, naturais da Ilha de São Jorge, foram padrinhos de uma criança cujos pais não eram “Casais Del-Rei” foi ao batizarem Laureano, em 1764. Os pais da criança eram Francisco Pinto Cezimbra, natural da Ilha de São Miguel, e Rita Maria, natural também da Ilha de São Jorge, não foram nomeados pelo pároco como “Casais”. Ao que tudo indica, ao escolher André e Felícia, depositavam a fiança dos filhos em um casal amigo, uma vez que eram Francisco e Rita, desde 1761, padrinhos de Angélica, filha do casal. Desta forma, André Jacinto e Felícia deveriam ser um casal respeitado na comunidade, principalmente dentre aqueles que compartilhavam com eles o “status de Casal Del-Rei”, nem tão confortável para todos naquele momento. Manuel de Medeiros foi um dos muitos casos de filhos homônimos dos pais e por isso não é possível ter certeza que o primeiro batismo com este nome, de 1757, é seu. De qualquer forma, o nome “Manuel de Medeiros” remete a quatro batismos e um batismo por necessidade no livro do Pe. Clarke. Se no primeiro não é possível saber se foi seu pai ou não, nos três seguintes Manuel foi convidado a pia batismal com sua mulher, Maria Silveira, com que teria casado em 1758<sup>96</sup>. Em um destes, de 1762, Manuel e Maria tornaram-se padrinhos de Isidora, filha de Manuel Rodrigues e Maria de Freitas, sua irmã. É de se imaginar que seja ele, e não seu pai, o homem que batizou por necessidade Maria, filha de Baltasar de Oliveira e Isabel Inácia, que

---

<sup>96</sup>Autos de Justificação de Matrimônio de João Francisco de Almeida e Joana da Cruz: 1761/9, (1753 - 1763) - AHCMPA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre).

não pertenciam aos Casais Del-Rei de Santo Amaro, apesar de Isabel ser oriunda do Faial, porque em 1765, dois anos após este nascimento, Manuel e sua esposa tornavam-se padrinhos de Violante, a segunda filha do casal.

Se olharmos os registros de batismo por necessidade presentes no livro, vemos o nome de Lucrecia Lemes Barbosa<sup>97</sup> repetir-se duas vezes, sendo um com a observação “parteira”. O Batismo, quando feito conforme prescrevia as Constituições, era um fato que sucedia ao parto pouquíssimos dias. Retomando as ideias de Ramos<sup>98</sup>, enquanto o primeiro representava a entrada no “mundo dos homens”, era o parto e seus costumes um espaço do mundo feminino, aonde os homens não entravam e só poderiam interferir em casos de emergência, principalmente nos lugares distantes dos centros urbanos. Possuidoras de um “saber-fazer” que conjugava práticas médicas antigas e transmitidas ao longo das gerações nas famílias, as parteiras tornavam cúmplices dos sofrimentos das mães, auxiliando nas dores, dando destino aos indesejados ou fazendo abortos. Como mãe das esposas de um bom número de fazendeiros importantes da região e sendo ela própria esposa e uma das primeiras povoadoras do Continente, Lucrecia parecia ter credenciais suficientes para ajudar crianças vir ao mundo. Segundo Mary Del Priore<sup>99</sup>, as parteiras,

“Gozando de enorme prestígio nas sociedades tradicionais, eram mulheres que pela sua idade já não podiam conceber, mas que conheciam a gravidez e o puerpério por experiência própria e constituíam-se em zeladoras dos costumes femininos que se agrupavam em torno da ideia de proteção da mãe e da criança (PRIORE, Mary Del. P.263)”.

A família que Lucrecia e seu marido constituíram era então umas das parentelas mais ricas do Continente: Jerônimo e seus genros residentes na freguesia de Triunfo eram donos de um quarto dos escravos desta no rol de 1758<sup>100</sup>. Uma vez que a opção dos ilhéus parece ter sido em estabelecer vínculos com os homens grandes da região, é natural que a família se destacasse dentre as mais buscadas para o compadrio dos Casais. Os homens ligados

---

<sup>97</sup> Só existe uma madrinha que mais vezes foi à pia batismal que Lucrecia: Gertrudes Rosa, de quem não foram encontrados mais informações. Gertrudes foi madrinha duas vezes com seu filho José de Sousa Mutis, uma vez com seu marido Manuel Pereira (e outra vez madrinha com ele de filho de não Casais), uma vez com o Capitão José Freire de Andrade, outra com o Capitão Antônio Ferreira Leitão e outra ainda com Antônio Ferreira Vale, o que faz presumir que, no mínimo, ela fosse uma mulher de prestígio na comunidade.

<sup>98</sup> RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História* [S.L.], n. 31, 2004, p. 41-68.

<sup>99</sup> DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília, DF: Edunb, 1993.

<sup>100</sup> KUHN (2006), op.cit., p.219

diretamente à família através de casamentos representam 21 registros de compadrio com Casais, cerca 17,3% destes registros. As mulheres, com 18 registros, aparecem em 14,8% dos batismos com compadrio de ilhéus<sup>101</sup>. No livro, o nome de Lucrecia repete-se em quatro batismos de filhos de ilhéus, dois de filhos de casais não necessariamente vinculados aos imigrantes e nos dois batismos de necessidade. O nome de sua filha Teresa Barbosa de Meneses, casada com o estancieiro Agostinho Gomes Jardim aparece em quatro batismos de crianças de Casais e mais outro batismo.

Muitas outras mulheres também tiveram importância nos momentos que circunscreviam o nascimento de crianças, como o parto e a pia batismal. Contudo, a dificuldade de conhecer aquelas que não carregavam o sobrenome de ilustres famílias no registros, imerge o leitor deste livro de batismos em um mundo de “Anas de Jesus” e “Marias da Conceição”. Também não é difícil se perder ao ler tantos “Joãos da Silva” e “Manueis Francisco”. Estes desconhecidos também significaram escolhas por parte dos pais que os queriam como padrinhos e madrinhas de seus filhos, ainda que infelizmente seus nomes e suas motivações sejam quase impossíveis de serem captadas pelas fontes documentais que nos sobraram.

---

<sup>101</sup>Os homens da família de Jerônimo de Ornelas que aparecem no Livro 1 A de Batismos de Triunfo, além do próprio: seu filho, José Raimundo de Meneses; seus genros Manuel Gonçalves Meireles, Francisco Xavier de Azambuja, Agostinho Gomes Jardim, Luís Vicente Pacheco de Miranda e Francisco da Silva; seu neto Jerônimo Xavier de Azambuja e o marido de uma de suas netas, Antônio Ferreira Leitão. As mulheres da família que constam, além de Lucrecia: suas filhas Antônia da Costa Barbosa Rita de Meneses, Teresa Barbosa de Meneses, Maria Lemes Barbosa, Gertrudes Barbosa e suas netas Maria Meireles de Meneses e Faustina de Meneses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades de Antigo Regime estavam fundamentadas em estruturas e concepções que divergem daquelas em que estão assentadas as sociedades contemporâneas. A historiografia rio-grandense tradicional, ao propor discursos sobre a formação e povoação do Continente, conferiu a imigração de casais das Ilhas do Açores um papel e um determinado modelo que trabalhos muito recentes passaram a desconstruir. Ao que tudo indica, a imigração de gentes das Ilhas foi contínua ao longo do período de povoamento europeu do Brasil e também do Continente. Circunstâncias político-militares influenciaram a Coroa a adotar um programa que dirigisse e incentivasse esta imigração a estas paragens, à medida que continha a passagem de seus súditos e reprimia levas migratórias autônomas. Acabou por provocar a concentração de grupos de ilhéus em locais específicos, muitos dos quais requerentes das terras prometidas no programa. Em alguns destes lugares, o despreparo das autoridades em recebê-los e a demora em cumprirem a entrega das terras, vieram por gerar uma pressão que forjou uma identidade relacionada às Ilhas.

Parece-me que em Santo Amaro as coisas procederam assim. Por estarem arranchados em um espaço de estâncias e poucas povoações, a concentração de um grupo de pessoas de procedência semelhante com um número elevado de inscritos como “Casais de Sua Majestade”, assomado a provável pobreza de seus moradores, criou as condições ideais para o surgimento de uma identidade fortemente vinculada às Ilhas, ainda que fosse notório que muitos dos outros moradores da região, e por vezes mais antigos, também fossem naturais dos Açores. O livro de batismos que o Padre Clarque criou especificamente para esta comunidade que pertencia a sua Paróquia pode ser entendido como um reflexo do espaço que estes homens ocuparam nas complexas hierarquias sociais da Época Moderna – não eram nem escravos, nem das gentes povoadoras do lugar, mas não estavam isentos de trazerem consigo as hierarquias que sustentavam suas vidas nas Ilhas, que poderiam facilitar a obtenção de recursos ou o relacionamento com as famílias dos poderosos.

Os registros paroquiais são uma fonte privilegiada para sabermos mais sobre aqueles que não possuíam importância suficiente para deixarem muitos vestígios de suas vidas. A Igreja do Concílio de Trento preocupava-se em periodicamente saber do estado de suas almas, realizando inquéritos de maneira individualizada sobre seus fieis. Substrato da forma como compreendiam o mundo, a religião fazia parte de momentos decisivos da vida destes – e a

Igreja registrava seu nascer, crescer, casar e morrer. Observar estas fontes é poder observar as escolhas que tomavam ao longo de suas vidas e as estratégias que utilizaram para melhorá-las.

Restaram muitas questões para serem respondidas, questões que surgiram ao longo deste trabalho e se relacionam com a própria dificuldade em saber mais sobre famílias que não deixaram muitas informações nas fontes consultadas: porque alguns ilhéus já possuíam escravos no Rol de 1758, com que recursos e quando o açoriano João de Ornelas de Souza adquiriu sua fazenda (no Rol, ele aparece como Casal, mas no mapa que Fabrício publicou ele surge como dono de uma fazenda), quais os significados práticos que o compadrio teve no destino das crianças dos Casais.

Santo Amaro do Sul, atualmente distrito do município de General Câmara, possui hoje um dos conjuntos arquitetônicos coloniais mais bem preservados do que foi o Rio Grande de São Pedro. Sua matriz imponente, construída cerca de uma década depois do período aqui abarcado, é testemunha deste passado em que seu espaço se constituía não só em um ambiente para a realização de cerimônias religiosas<sup>102</sup>, mas que criava e recriava constantemente modos de sociabilidade em suas cerimônias de batismo e casamento, em suas missas de domingo, nas festas dos santos e nas cerimônias de morte. Era nela que aqueles imigrantes, agregados e seus descendentes significavam e ressignificavam suas existências.

“Ambos sentem como tudo está incerto, sobre ambos paira o mesmo medo. De um momento para o outro – toca subir tudo! Missões... o nome deve arrepiar. No fundo, imagino que sempre ficará um desejo de que nada disso aconteça, e que as raízes cresçam, frutifiquem os ramos, e a árvore se torne dure de arrancar. A igreja, quanto mais largas as paredes, quanto mais pesada, afirma sua solidez na terra, mais torna os colonos participantes de uma realidade sem volta. Daí a pressa em erguê-la, em vê-la rebatendo os sinos alegres nos domingos ensolarados (ASSIS BRASIL, *Um Quarto de Légua em Quadro*, p.148).”<sup>103</sup>

<sup>102</sup> Dois artigos sobre o papel dos sacramentos na história colonial de Santo Amaro: SCHWINGEL, Majô. *A Igreja em Santo Amaro: entre a vida cotidiana e a religião*. HEINEN, Joana P. *Dei-lhes as bênçãos segundo o rito da Igreja: casamentos em Santo Amaro do Sul – 1775 a 1800*. In: BARROSO, V.L.M, BRITO, G.M. de, ROSA, A. de. *Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes*. Venâncio Aires: Traço, 2008. E outro sobre a arquitetura de sua igreja matriz: BITTENCOURT, Doris Maria Machado de. *Santo Amaro: arquitetura e urbanização*. In: KLAMT, S., SOARES, A.L.R. *Santo Amaro: arqueologia e educação patrimonial*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

<sup>103</sup> ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. *Um Quarto de Légua em Quadro*. *Diário do Doutor Gaspar de Froes, médico*. Porto Alegre: Movimento, 1978.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

Livro 1 – A de Batismos de Triunfo (1757 – 1774)” - AHCMPA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre)

Rol dos Confessados da nova paróquia do Bom Jesus do Triunfo no ano de 1758 - ACMRJ (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)

Autos de Justificação de Matrimônio (1753 - 1763) – AHCMPA

### Fontes impressas:

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA (1853), feytras e ordenadas pelo... Senhor Sebastião Monteiro da Vide... propostas e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. Livro I.

### Bibliografia:

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. Um Quarto de Léngua em Quadro. *Diário do Doutor Gaspar de Froes, médico*. Porto Alegre: Movimento, 1978.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 61, n° 2, abril-junio, 1999, México.

BITTENCOURT, Doris Maria Machado de. Santo Amaro: arquitetura e urbanização. In: KLAMT, S., SOARES, A.L.R. *Santo Amaro: arqueologia e educação patrimonial*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. (Coleção Província)

COMISSOLI, Adriano. Do Arquipélago ao Continente: Estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção social açoriana nos Campos de Viamão (Séc. XVIII). *AEDOS – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, Porto Alegre, v.2, n.3. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10584> (acessado em 01 de outubro de 2012).

CORDEIRO, C., MADEIRA, A. B. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820) : uma leitura em torno de interesses e vontades, *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2ª Série, vol.VII, p. 99-122. 2003. Disponível em: [http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/384/1/Carlos\\_Cordeiro\\_p99-122.pdf](http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/384/1/Carlos_Cordeiro_p99-122.pdf) (acessado em 01 de outubro de 2012).

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio,; Brasília, DF: Edunb, 1993.

FABRÍCIO, José de Araújo. A Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus de Triunfo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS*, v.27, n.1-4 (1947), pag. 318-323.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. P.41.

FORTES, Gen. João Borges. *Os Casais Açorianos: presença lusa na formação sulriograndense*. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, p. 41-70.

\_\_\_\_\_. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi*, v.11, n.21, jul-dez, 2010. p.74-106.

\_\_\_\_\_. O Capitão João Pereira Lemos e a Parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII". IN: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

FRANCO, Renato e CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. *Revista Varia Historia*, n.º31, Belo Horizonte. Janeiro de 2004.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Açorianos no Rio Grande do Sul : a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-riograndenses. *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2ª Série, vol. VII, 2003. p.123-142. Disponível em: [http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/385/1/Beatriz\\_Franzen\\_p123-142.pdf](http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/385/1/Beatriz_Franzen_p123-142.pdf) (acessado em 01 de outubro de 2012).

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. *Sonhos, Desilusões e Formas Provisórias de Existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

HAMEISTER, Martha D. "A mão separada do corpo não será mão senão pelo nome": famílias riograndinas e suas redes de relacionamento (Rio Grande, c.1738 - c.1763). *Anais do I Colóquio do LAHES*, Juiz de Fora, MG, 2005.

\_\_\_\_\_. *Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738 – 1763)*. Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006, (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. "Quem não tem padrinho morre pagão: as escolhas dos padrinhos de escravos e relações entre famílias livres e escravas em algumas unidades domésticas da Vila de Rio Grande (c.1738-177)". *Boletim de História Demográfica*, v.XI.

HEINEN, Joana P. Dei-lhes as bênçãos segundo o rito da Igreja: casamentos em Santo Amaro do Sul – 1775 a 1800. In: BARROSO, V.L.M, BRITO, G.M. de, ROSA, A. de. *Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes*. Venâncio Aires: Traço, 2008

HESPANHA, António Manuel. *A Política Perdida: ordem e governo antes da modernidade*. Curitiba: Juruá, 2010.

KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 4.Ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

\_\_\_\_\_. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. Niterói, 2006. Tese de Doutorado. ICHF. UFF.

LAYTANO, Dante de. *Legado Luso-Açoriano na Formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul, 1974.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, PPG em História/UFRGS, 1990

PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: FURG, 1987.

RODRIGUES, J.D. Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 17-43, dez. 2010

\_\_\_\_\_. Entre duas margens: a circulação atlântica dos Açorianos nos séculos XVII e XVIII, *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2ª Série, vol. VI, p. 225-245. 2002. Disponível em: [http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/370/1/Jos%C3%A9\\_D\\_Rodrigues\\_p2-245.pdf](http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/370/1/Jos%C3%A9_D_Rodrigues_p2-245.pdf) (acessado em 01 de outubro de 2012).

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História* [S.I.], n. 31, 2004, p. 41-68.

REVEL, Jacques. História ao Rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RUPERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul(1820-1821)*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. 2ª ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

SCHWINGEL, Majô. A Igreja em Santo Amaro: entre a vida cotidiana e a religião. In: BARROSO, V.L.M, BRITO, G.M. de, ROSA, A. de. *Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes*. Venâncio Aires: Traço, 2008.

SOUZA, Néri de Almeida. Peregrinação conquista e povoamento. Mito e “realismo desencantado” numa hagiografia medieval portuguesa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 197-216. 2001

VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. IN: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Exercícios de Microhistória*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

\_\_\_\_\_; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, Dezembro 2006

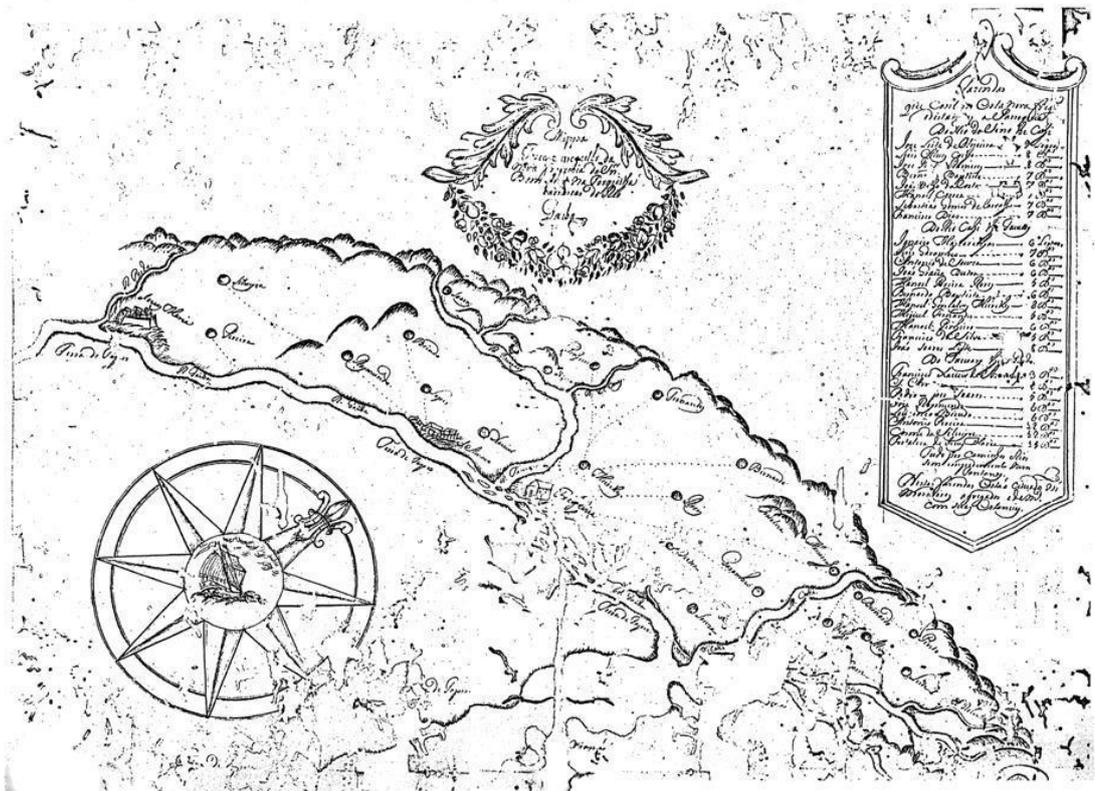
WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Instituto Cultural Português, 1979. (Coleção Caravela)

XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. Paradigmas políticos e tradições literárias. In: MATTOSO, José. *História de Portugal. O Antigo Regime, 1620-1807*. Lisboa: Estampa, t. IV.

## ANEXO A - MAPAS



Mapa atual da localização de Santo Amaro do Sul, General Câmara. Fonte: <http://goo.gl/maps/Pezs1> (acessado em 29 de setembro de 2012).



Mapa da Freguesia de Bom Jesus do Triunfo, de 1756, data da criação da freguesia, desenhado pelo pároco Pe. Tomás Clarque e aonde se enxerga a povoação de Santo Amaro. (Fonte: ACMRJ)



Mapa das localização das Ilhas dos Açores Fonte: [http://www.adegadogato.com/mapa\\_acores.jpg](http://www.adegadogato.com/mapa_acores.jpg) (acessado em 29 de setembro de 2012).

## ANEXO B - TABELA

Tabela 4 As madrinhas que batizaram filhos de Casais em Santo Amaro

Batismos de filhos de Casal	Madrinha	Padrinhos
6	Gertrudes Rosa	(2X) Seu filho José de Sousa Mutis, (1x) seu marido Manuel Pereira , (1X) Cap. José Freire de Andrade, (1X) Cap. Antônio Ferreira Leitão, (1X) Antônio Ferreira Vale
4	Lucrecia Lemes Barbosa	(3X) Seu marido Jerônimo de Ornelas Meneses, (1x) o fazendeiro Manuel de Paiva Garrido
3	Joana de Jesus	(3x) Seu marido João Francisco de Almeida
3	Maria Meireles de Meneses	(2X) Manuel Gonçalves Meireles, (1X) Cap. Antônio Ferreira Leitão
3	Margarida Gomes	(3X) Antônio José Machado de Araújo

FONTE: Livro 1 – A de Batismos de Triunfo (1757 – 1774)<sup>77</sup> - AHCMPA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre)